



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Imprensa e direitos fundamentais em contextos híbridos

- O estudo de caso Hong Kong Free Press

Carlos José Vieira Picassinos

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Orientador: Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso

Junho de 2020

AGRADECIMENTOS

Ao Rodrigo, ao Gustavo, aos meus próximos, ao Tom Grundy pela imensa prontidão. Aos que me acompanharam nesta viagem.

Resumo

Nesta dissertação procuramos analisar o projecto do *Hong Kong Free Press* à luz das transformações em curso na esfera pública desta Região Administrativa Especial da República Popular da China. Pretendemos indagar o modelo de jornalismo e de financiamento seguido por este media digital num contexto político híbrido marcado por uma acelerada turbulência social e institucional. Partimos da hipótese de que o sistema mediático de Hong Kong experimenta um processo de degradação por efeito das tensões imanentes ao princípio “um país, dois sistemas”, apesar da subsistência de um regime de garantias formais herdadas do ordenamento jurídico britânico. Socorremo-nos da consulta de material empírico relacionado com o projecto editorial. Pretendemos, em primeiro lugar, saber de que modo tem sido possível cumprir, na esfera digital, as tradicionais funções sociais do jornalismo e como tem respondido às aspirações de sectores demo-liberais em perda na esfera pública formal. Em segundo lugar, analisamos o modelo de negócio construído pelo *Hong Kong Free Press* para identificar formas operativas de financiamento em contextos de desvantagem para um jornalismo plural e independente. Analisamos, também, a produção e as opções editoriais na tentativa de compreender como se materializa o compromisso ético-social do projecto. Destas aproximações, permitimo-nos concluir que graças ao modo como tem sabido beneficiar de condições virtuosas próprias da esfera pública local, o modelo *HKFP* tem conseguido subsistir num contexto político e comercial cada vez mais adverso.

Palavras-chave: hibridismo, turbulência, ativismo digital, *crowdfunding*, jornalismo de paz

Abstract

In this thesis, we seek to analyse the *Hong Kong Free Press* project reflecting on transformations currently affecting the public sphere of this Special Administrative Region of the People's Republic of China. We aim to examine the journalism and funding model espoused by this digital media in a hybrid political context marked by accelerated social and institutional turmoil. We defend the idea that Hong Kong's media system is undergoing a process of degradation due to tensions inherent to the “one country, two systems” principle, despite the continuation of a regime inherited from the British legal system that formally guarantees rights. We draw on empirical material linked to the editorial project. Firstly, we aim to understand how it has been possible to fulfil journalism's traditional social roles in the digital sphere, and how these have responded to the aspirations of liberal democratic sectors

losing representation in the formal public sphere. Secondly, we scrutinize the business model built by the Hong Kong Free Press in order to identify operational forms of financing in contexts hostile to a plural and independent type of journalism. We also examine the outlet's production and editorial choices in the attempt to understand how the project's ethic and social commitment takes shape. In keeping with the above, we conclude that the *HKFP* model has managed to survive in an increasingly adverse political and commercial context thanks to the ways it chose to deploy the virtuous conditions of the local public sphere.

Key-words: hybridism, turmoil, digital activism, crowdfunding, peace journalism

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Enquadramento do tema	1
1.2. Contexto.....	1
1.3. Estrutura da dissertação	2
1.4. Objectivos e identificação da pergunta de partida.....	3
1.5. Procedimento metodológico	3
1.6. Entrevista	3
1.7. Análise de material empírico	4
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
3. HONG KONG: ESFERA PÚBLICA EM CONVULSÃO.....	9
3.1. O contexto político	9
3.2. As denúncias das organizações de jornalistas	12
3.3. Depois do Occupy: Censuras, Boicotes, Violência	14
4. HONG KONG FREE PRESS, UMA CARACTERIZAÇÃO.....	17
4.1. Contexto e Missão	17
4.2. Modelo, estrutura e impacto	18
4.3. Um Código de Ética	24
5. DE DENTRO DO HKFP: “SAÍMOS DO GÁS LACRIMOGÊNICO DO OCCUPY”.....	25
6. CONCLUSÃO	29
7. BIBLIOGRAFIA	33
8. ANEXOS E APÊNDICES	35

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento do tema

A transformação acelerada da esfera pública de Hong Kong e a natureza híbrida do quadro político e institucional desta região administrativa especial da China tem vindo a provocar efeitos disruptores no sistema mediático local. Um desses efeitos reflecte-se no condicionamento do exercício de um jornalismo livre e independente e no desempenho das funções sociais tradicionalmente atribuídos à imprensa. A oferta e o acesso a uma informação imparcial são bens cada vez mais escassos. No mercado de língua inglesa, um só *legacy media* é dominante. Em consequência, o espaço digital tem abrigado uma plêiade de novas propostas que se reconhecem nos valores de pluralidade e liberdade em retracção na esfera pública dominante.

Um desses projectos é o *Hong Kong Free Press* (www.hkfreepress.com). Esta dissertação pretende analisar o modelo seguido por este media digital na sua proposta de jornalismo livre e independente, e no seu modelo de financiamento sustentável. Recorrendo a uma análise de natureza explanatória, tentaremos identificar as linhas de organização e actuação deste projecto surgido, em 2014, no boom de media online que aconteceu na sequência de um dos mais mobilizadores movimentos de contestação política na curta história da Região Administrativa Especial de Hong Kong.

Hong Kong Free Express, de língua inglesa, evidencia particularidades na estrutura de funcionamento, no modelo económico e na proposta editorial. Neste sentido, registamos o posicionamento do fundador do projecto no que toca à estratégia do HKFP perante uma hegemonia adversa a valores de liberdade crítica ou de prestação pública de contas. Mas também, procuramos entender o posicionamento do jornal face à convulsão e incertezas que cruzam o horizonte mediático – na interacção com públicos emergentes, ou consumidores de informação, na definição de uma agenda pós-material, na construção de credibilidade e confiança, nos desafios económico-financeiros e na questão ética.

1.2. Contexto

O *Hong Kong Free Press* iniciou a publicação, em Julho de 2015, o mês de celebração de 18 anos da transição de Hong Kong de potência colonial britânica a região administrativa especial da República Popular da China. Nasceu fruto de uma operação de *crowdfunding*, organizada por dois jornalistas mobilizados pela inquietação acerca do estado das liberdades cívicas de Hong Kong. Em particular, devido às pressões do poder político sobre a liberdade de expressão, acentuadas na frustração do movimento pro-democracia *Occupy Central*, de 2014.

Face a sucessivos movimentos de controlo, ou co-optação, sobre os *legacy media*, de língua inglesa, o *HKFP* apresentou-se à luz das reivindicações pro-democracia como voz livre, gratuita, independente do poder político-económico, imune à censura.

O domínio público, e aberto, do espaço digital permitiu um jornalismo capaz de responder às aspirações de sectores demo-liberais e, por outro lado, entregar visibilidade a vozes críticas, marginalizadas, ou sem representação no espaço público dominante. O mesmo fenómeno se registou entre os media sociais de língua chinesa, alternativos, ou mais alinhados com o movimento pro-democracia. A proximidade editorial dos projectos, no digital, agilizou a partilha de conteúdos atribuindo aos falantes de língua inglesa e chinesa um aparente maior grau de equidade no acesso à informação disponível.

Nota relevante, nesta ecologia, repousa na particular predisposição dos hongkongers, no contexto asiático e internacional, para o consumo e pagamento de notícias *on line*¹. Esta adesão ficou evidente no sucesso das múltiplas campanhas de *crowdfunding* que garantiram as condições de racionalidade económica ao *HKFP* e o reconheceram como mecanismo de monitorização dos poderes públicos locais.

1.3. Estrutura da dissertação

No capítulo I, “Introdução” procedemos à apresentação do objecto de estudo, através de um enquadramento do trabalho, da explicitação do contexto, da definição de uma questão de partida, da metodologia escolhida, da pertinência do trabalho.

O capítulo II “Enquadramento teórico” procura estabelecer o estado da arte identificando literatura produzida sobre o tema donde seleccionamos as conceptualizações consideradas mais pertinentes para a economia da presente dissertação.

No capítulo III “Hong Kong: esfera pública em convulsão” propomos uma contextualização política para explicitar a turbulência que desde a transição de poderes, em 1997, tem afectado Hong Kong. De que modo esta turbulência se projectou no sistema mediático, na esfera pública, e, de como significou a emergência de disfunções na prática de um jornalismo livre e independente. O capítulo prossegue com relatórios produzidos por organizações internacionais, e locais, de jornalistas, com a identificação de casos de censura e violência.

¹ Reuters Institute Digital News Report 2019, pags. 134-135

Disponível em <http://www.digitalnewsreport.org/survey/2019/hong-kong-2019/> Consultado em 15 de Setembro, 2019

No capítulo IV, “HKFP - uma caracterização” ensaiamos uma definição do objecto de estudo através da descrição do contexto em que surgiu, da missão a que se propôs, e de como se materializou em termos organizacionais e de práticas editoriais.

No capítulo V, “De dentro do HKFP - “Nascemos do Gás do Occupy” procuramos através de uma entrevista semi-dirigida ao fundador do projecto obter a sua visão particular do processo de formação do jornal. Registamos a sua versão dos antecedentes, motivações e inquietações, procurando obter, *in loco*, e através da recolha de material empírico, em anexo, coligir informação relevante para aferir da singularidade do objecto em causa.

Por fim, no capítulo VI, propomo-nos apresentar algumas notas conclusivas deste estudo.

1.4. Objectivos e identificação da pergunta de partida

As motivações que nos levaram a formalizar uma pesquisa sobre o objecto em presença reportam-se a uma continuada observação do papel dos media nas regiões administrativas especiais da China e das pressões exercidas sobre um jornalismo ancorado, ainda, nas suas funções sociais.

A hipótese que colocamos é que o caso do sistema mediático de Hong Kong, apesar das garantias formais herdadas do ordenamento jurídico britânico, tem conhecido um enfraquecimento por efeito das crescentes tensões inscritas no princípio “um país, dois sistemas”. Daqui a explicitação de uma pergunta:

De que forma, a experiência do *Hong Kong Free Press* pode funcionar como modelo de jornalismo livre e independente num contexto de erosão das liberdades públicas?

1.5. Procedimento metodológico

Este ensaio procede seguindo uma metodologia qualitativa de índole explanatória. Esta opção parece-nos a mais adequada ao trabalho aqui proposto, na medida em que tal método permite indiciar uma ideia, ou hipótese futura de trabalho dado estarmos em presença de um objecto ainda parco em estudos académicos e em enquadramento teórico-conceptual. Nesse sentido, propomo-nos efectuar uma operação de cruzamento de fontes documentais e primárias como a entrevista semi-directa - com fontes secundárias - bibliografia e referências dispersas, relatórios - e ainda, registos de observação participante. Acreditamos que o confronto do material recolhido nos permitirá organizar, e sistematizar, um discurso pertinente acerca do objecto de dissertação.

1.6. Entrevista

Uma vez que aqui se propõe uma abordagem de natureza explanatória, pareceu-nos conforme desenvolver uma entrevista não estruturada. Esta forma de entrevista permite, com mais

propriedade, inferir motivações, razões, e definir “porquês” contribuindo para uma inteligibilidade e racionalidade ao objecto de estudo.

A entrevista não estruturada decorre das nossas observações *in loco*, participante, e da apreciação a material documental bibliográfico. Ambas as vertentes informaram o questionário - enviado através de rede social, em vez de um preferível diálogo presencial com o entrevistado, na medida das suas circunstâncias profissionais, de tempo e disponibilidade. Ainda assim, mantivemos o conjunto de perguntas abertas que, cremos, admitem a exploração de novos campos de pesquisa, e de informações relevantes, ou de indícios sobre eventual material empírico, na posse exclusiva do entrevistado.

1.7. Análise de material empírico

Na abordagem ao material empírico, procedemos à consulta de abundante material disponível no *website* do *Hong Kong Free Press* - e nas várias plataformas sociais onde está presente - de maneira a detectar evidências e esclarecer aspectos de novidade na forma, e na operação, deste media digital, relativas ao exercício de um jornalismo livre, sustentável, e por isso, independente num contexto de compressão de liberdades.

Consultamos, por isso, todo o material histórico deste media, desde o momento fundacional do *crowdfunding* até ao momento actual, recorrendo aos relatórios anuais de actividades e de transparência, aos vídeos de intervenções públicas de apresentação do projecto pelo diretor, aos vídeos promocionais, a entrevistas e reportagens produzidas por outros meios de comunicação acerca do projecto *Hong Kong Free Press*.

Analizamos, ainda, a produção de conteúdos e as opções editoriais, na tentativa de explicitar de que modo se materializa o compromisso ético-social do projecto.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A revisão da literatura aqui proposta pretende traçar um quadro teórico do objecto de estudo e mobilizar alguns contributos teóricos seguindo dois eixos de análise.

No primeiro, começaremos por apontar a relação entre media e a hegemonia dominante, de como essa relação se tem projectado na composição da esfera pública e de como tem agilizado a emergência de novos projectos numa contra-espaço digital.

No segundo, procuraremos entender se, nesta paisagem de conflitualidade social, o objecto que aqui nos propomos estudar encontra abraço ético junto do movimento académico ligado ao “jornalismo de paz”.

Como refere Nip (2019), “os mass media e o jornalismo são, particularmente, importantes na articulação da hegemonia uma vez que, todos os dias, as pessoas se cruzam com eles tomando por certas as notícias e a informação que produzem”.

Por isso, no caso em apreço, “não surpreende que a China se tenha empenhado no controlo dos media de Hong Kong de modo a articular uma hegemonia diferente da deixada pelos britânicos, depois de 1997”. As operações de aquisição, ou co-optação, dos *legacy media* registadas, ao longo dos últimos cinco anos, parecem sustentar essa aproximação.

A disputa pela hegemonia tem, no entanto, resultado num atrofiamento da esfera pública dominante. Dada a crescente interferência do regime, o campo demo-liberal tende a procurar no ecossistema digital uma oferta de informação mais independente mais dispositivos de representação mais inclusivos. Foi esse o trânsito observado durante o protesto do *Occupy* em que os media sociais se constituíram em esfera pública insurgente (Lee et al, 2015), numa estratégia de antagonismo ao público dominante.

Como indicador deste empoderamento, os mesmos autores destacam a evolução das taxas de penetração de *smarthphones*, em Hong Kong, de 35% para 98%, registada entre 2011 e 2014 (Centre for Communication & Public Opinion Survey, 2014b). Citam, ainda, estudos académicos conduzidos em salas de chat que, “quando as vozes públicas são caladas e a imprensa pratica auto-censura, surgem como espaços virtuais representando a oportunidade de participar e de influenciar o governo” (Lee et al, 2017).

Num outro quadro de análise, surge a conceptualização proposta por Nip (2019) de media dissidentes referindo-se ao papel de jornais, jornalistas, e media alternativa, mas também entre a mainstream, na construção de uma informação contrária ao establishment e na formação de uma contra-esfera pública.

Por “dissidência jornalística”, a autora refere-se a 1) elementos rebeldes nos media mainstream, 2) os media politicamente alternativos e 3) os media start ups produzem dissenso

político na esfera pública a partir das redes que estabelecem, entre si. “Fornecem informação reprimida que constituem todo um mundo informativo partilhado por potenciais dissidentes. Fornecem comentários alternativos veiculando representações diferentes do mundo que funcionam como recursos na formação individual de perspectivas analíticas”.

No mesmo sentido, se desenvolve a análise de Cheng (2016). O autor refere-se a estudos académicos que apontam para “noções de um sistema político obsoleto e de uma sociedade civil em modo de auto-defesa indicando que a luta por um governo democrático, capaz de prestar contas, e o dever/direito de salvaguardar os direitos e as liberdades actuais conferem razão a todas a vozes dissidentes”.

O autor recorre ao conceito de hibridismo para identificar o sistema jurídico-político de Hong Kong. A natureza híbrida do sistema constitui também um limite a qualquer medida de institucionalização, ou repressão, do dissenso. “O que torna especial o regime pós-colonial é o cruzamento de vários níveis de configurações que envolvem os governos central e local, a elite pro-regime, as liberdades civis, o poder judicial independente, o domínio das grandes corporações e um governo com muitos recursos”. De acordo com o autor, o concurso deste factores tem permitido a emergência de novos activismos, ao mesmo tempo que, em caso de escalada, também garante a sua neutralização.

Agur (2019) entende que foi a ausência de um regime formal de censura que “permitiu aos cidadãos empreender um sofisticado activismo digital durante um período continuado sem a intervenção governamental nos discursos *on line*”. De resto, tem sido a esfera pública digital a surgir como câmara de compensação da ausência de um debate crítico na esfera pública tradicional. É através do ambiente digital que a narrativa oficial é contrastada sempre que existe a percepção de que o Governo não presta as devidas contas aos cidadãos. “O activismo nos media sociais ocupa o lugar dos debates que, noutro contexto, aconteceriam no quadro de um sistema político, plenamente, representativo”.

Neste quadro de recomposição da esfera pública e da permanência do que sugere ser um conflito de baixa intensidade, um segundo eixo pretende questionar se o compromisso do *HKFP* se inscreve numa ética radical de transformação social que encontramos em correntes racionais com o jornalismo de paz. Esta conceção do jornalismo pode explicitar-se através de duas dimensões:

i) um conceito académico de análise do jornalismo e ii) um movimento tendente ao alargamento e à reflexão sobre a praxis do jornalismo.

Galtung (1969) sustenta que, no mundo ocidental, a cobertura de conflitos da mais variada intensidade evoluiu segundo um modelo de jornalismo de guerra. A abordagem dos

jornalistas tendia a sublinhar traços relacionados com i) a propaganda, ii) as elites, iii) a violência e, por fim, iv) vitória do conflito, em nome de uma simplificação da realidade e, apesar, do viés de que enfermava a produção informativa. Por assim entender, e por contraponto a esta prática, o autor propunha um jornalismo de paz orientado por valores vinculados a um horizonte de i) verdade, ii) às pessoas, iii) à natureza do conflito, iv) a soluções.

Mas por induzir uma aporia, na medida das reservas que a imprecisão que o termo “paz” encerra, alguns autores reclamam, em paralelo, a noção de jornalismo sensível a conflitos (Blasi, 2009). Trata-se, em ambas as designações, de uma proposta ética que decorre da necessidade de reconhecer as complexidades específicas, e a natureza do conflito social, e de estabelecer uma prática jornalística tributária de uma ideia geral e sustentável de paz global. O jornalista de paz deverá reconhecer, antes de mais, a existência do conflito. Identificar os lados envolvidos, os objectivos, as questões em disputa. Deve ser capaz de compreender e explicar a violência estrutural que o conflito manifesta - ou mantém latente - dar voz às partes em causa, e não apenas a dois lados dominantes, adoptando uma linguagem emocionalmente, neutra, e assim criar quadros de empatia e compreensão. A obediência a uma prática de cuidado, de compreensão, auto-consciente, na abordagem do conflito permitirá ao jornalista de paz rascunhar um conjunto transparente das causas e das putativas soluções para o impasse. Outras abordagens poderão convocar também estratégias de editorialização. Artigos de opinião apelando à reconciliação ou artigos científicos explicitando as causas estruturais da violência e os seus efeitos na sociedade (Lee, 2010). O jornalismo de paz ensaia, para acompanhar (Lynch&McGoldric, 2013), uma tentativa de jornalismo orientado para a resolução de conflitos e para uma transformação radical da sociedade num quadro geral de paz.

É com base nesta literatura que esta dissertação se propõe indagar sobre o caso do *Hong Kong Free Press* na esfera pública de Hong Kong.

3. HONG KONG: ESFERA PÚBLICA EM CONVULSÃO

3.1. O contexto político

Hong Kong é uma região administrativa especial da República Popular da China, governada “pelas suas gentes” à luz do princípio, idealizado por Deng Xiaoping (邓小平), “um país, dois sistemas” em vigor, até 2047². Tal significa a manutenção, durante cinquenta anos, de uma autonomia liberal, capitalista, tutelada por um Estado socialista de partido único.

A vigência, até à actualidade, deste modelo híbrido de poder resultou numa concorrência “pela hegemonia da esfera pública” (2017) entre as elites liberal-democratas e os sectores pró-Pequim. Logo no quinto aniversário da transição de poderes, a 1 de Julho de 2003, a apresentação de uma proposta lei de segurança nacional, anti-subversão, sedição, e traição mobilizou para as ruas, meio milhão de pessoas. Foi a primeira grande manifestação pública de resistência ao que era percebido como uma intervenção do Governo Central na limitação de liberdades cívicas de Hong Kong.

Ao longo destes 23 anos, a contestação social conheceu novas réplicas. Em 2012, concepções como as de “Novos Hongkongers” enunciadas pelo Chefe do Executivo, Donald Tsang (曾蔭權), referindo-se a novos sujeitos patrióticos com uma ideia de Hong Kong sob perspectiva nacional chinesa, levaram à tentativa de implementar, nos curricula do ensino secundário, uma disciplina de educação nacional patriótica. A medida desaguou numa greve dos estudantes, de 12 dias, e significou um processo de consciencialização política de uma

² Decreto 27 do Presidente da República Popular da China. 4 de Abril de 1990. *Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong*. Acedido a 14 de Agosto, 2019, em <https://www.basiclaw.gov.hk/en/basiclawtext/decreree.html>; Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China. *Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong*. Acedido a 14 de Agosto, 2019, em https://www.basiclaw.gov.hk/en/basiclawtext/chapter_3.html. A Lei Básica de Hong Kong responde ao princípio jurídico ‘um país, dois sistemas’ e deverá vigorar até 2047. Trata-se de um texto com força de mini-constituição. São 160 artigos, um preâmbulo, nove capítulos que estabelecem os princípios gerais, o relacionamento entre as autoridades centrais e a RAEM, direitos e deveres fundamentais dos residentes, estrutura política, económica, a educação ciência, cultura, desporto, trabalho e os assuntos sociais, os assuntos externos, e ainda a interpretação e revisão da Lei Básica de Hong Kong e demais disposições complementares. Apresenta ainda três Anexos e 25 Instrumentos. É no capítulo III - Direitos e deveres fundamentais dos residentes - que surge inscrito o artigo 27 estatuinto que “os residentes de Hong Kong gozam de liberdade de expressão, de imprensa, de edição”. Mais à frente, o artigo 30 define que “a liberdade e o sigilo dos meios de comunicação dos residentes de Hong Kong são protegidos pela lei”; Declaração Conjunta Sino-Britânica. *Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong*. Acedido a 14 de Agosto, 2019 em <https://www.cmab.gov.hk/en/issues/jd3.htm>. Trata-se de um documento, com força jurídica de convenção internacional, contendo um preâmbulo de nove pontos, doze capítulos, três anexos e um memoranda. O artigo XXIII, relativo aos Direitos Fundamentais e Liberdades, consagra o direito à liberdade de expressão e de imprensa.

geração. No final desse ano, a eleição de Xi Jinping (习近平) para a presidência da República Popular da China viria a acentuar as contradições debaixo do princípio “um país, dois sistemas” vigente na Lei Básica de Hong Kong.

O primeiro momento crítico aconteceu a 31 de Agosto de 2014. O Comité Permanente da Assembleia Nacional Popular publicou a proposta 831 que alargava a escolha do Chefe do Executivo a um comité de 1200 membros, impondo, contudo, um visto prévio a todos os candidatos. A emenda implicava a eliminação de candidaturas *non grate* ao regime, antes sequer de qualquer apreciação pelos próprios agentes políticos e institucionais de Hong Kong.

Na RAE, a proposta foi recebida como uma nova investida do poder de Pequim contra a esfera de autonomia e, em particular, contra uma colecção de valores que os *hongkongers* consideram integrar a identidade local. Daqui que o movimento social de resposta à iniciativa tenha catalisado uma galáxia de activismos sociais, partidos políticos, e bolsas de resistência no maior movimento de contestação do período pós-colonial.

O movimento pro-democracia *Occupy Central with Peace and Love* (na designação de um pastor baptista), ou movimento dos Guarda-Chuva Amarelos - devido à cor dos guarda-chuvas amarelos a que recorreram os manifestantes -, contra a proposta de Pequim durou quase três meses. Ocupou e bloqueou zonas simbólicas de Hong Kong. Foram 79 dias no, segundo semestre de 2014, até Dezembro que conheceram inéditos momentos de confrontação entre os sectores pro-Pequim e pro-democracia, e episódios de violência policial contra os manifestantes. O momento ilustrou, no espaço público, o atrito entre duas hegemonias e duas visões de sociedade para Hong Kong.

Se a resposta demonstrou mobilização, acabaria por declinar pela fraca capacidade organizativa. As reformas reclamadas, nas ruas, não chegaram a acontecer nas instituições.

Este sentimento de frustração saído do “Occupy” traduziu-se num empoderamento do sector pro-Pequim. A partir desse fim de ano, os gestos de força do regime sucederam-se – o caso dos livreiros desaparecidos devido à publicação de material crítico do regime chinês, em 2015; em 2017, a aprovação de leis penais específicas para impedir os reiterados actos de apoucamento do hino nacional chinês nas sucessivas partidas internacionais de futebol; ainda nesse ano, os controlos alfandegários, e aduaneiros, feitos por agentes da República Popular da China na nova estação de comboio rápido de Kowloon Oeste, situado em pleno território da antiga colónia britânica; em 2018, o boicote sofrido, em Hong Kong, pelo escritor dissidente chinês Ma Jian; a detenção de activistas e políticos do sector pro-democrata; a impugnação de mandatos de deputados eleitos por sufrágio universal; o número crescente de

agressões, e assédio, a jornalistas ou a empresários de comunicação críticos do Governo Central chinês.

Seria, no entanto, um crime passiona l a, inesperadamente, recuperar “a política das ruas” (Chen, 2017) e a abrir caminho a um segundo momento crítico do *statu quo* da região. No Inverno de 2018, para celebrar São Valentim, a oito de Fevereiro, Poon Hiu-wing, de vinte anos, e Chan Ton-kai, de 19, saíram de casa, em Hong Kong, e dirigiram-se aos arredores de Taipé, Taiwan. Nove dias depois, a 17, só um elemento do par, Chan, regressava a Hong Kong. Durante dias, o paradeiro de Poon foi desconhecido até que as autoridades da Formosa acabariam por encontrar o corpo de uma jovem mulher, sem vida, rodeados de circunstâncias macabras. Em Março, Chan admitiria a autoria do homicídio. Um ano mais tarde, este caso de sangue haveria de servir as intenções do Governo de Hong Kong para preencher uma lacuna na lei de extradição de criminosos para jurisdições com as quais não dispunha de acordos formais. O Governo propunha incluir na lei um acordo com as jurisdições de Taiwan, da Região Administrativa Especial de Macau e da China continental - um regime autoritário cujos abusos sobre os direitos fundamentais são objecto de sistemáticas denúncias por, e junto de, instituições e organizações internacionais. A nova proposta começou a ser delineada, em Abril.

Em Hong Kong, a quatro de Junho, uma terça feira, a evocação dos trinta anos do esmagamento do movimento pro-democracia, na Praça da Paz Celestial, de Pequim, concentrou cerca de 180 mil pessoas. A mobilização foi inédita na história da região administrativa especial (RAE)³. Coincidência de calendário, no dia seguinte, a cinco, o Conselho Legislativo deveria discutir a proposta de lei de extradição que estava em preparação desde Abril. Todavia, uma multidão de contestatários cercou o edifício e impediu a conclusão dos trabalhos. Nas ruas, a polícia carregou sobre os manifestantes. Como reacção, no domingo sucessivo, dia nove, contra a actuação policial, mas sobretudo, contra o avanço da proposta de lei, cerca de um milhão de pessoas desfilou, em protesto pacífico, pelo centro de Hong Kong. E, uma semana mais tarde, a 16, dois milhões voltaram a sair às ruas. Foram as mais significativas manifestações de desafio à autoridade do Governo de Hong Kong e do Governo Central de Pequim, desde a transição de poderes, em 1997.

³ A quatro de Junho de 2019, a Aliança de Hong Kong para o Apoio dos Movimentos Patrióticos Democráticos na China organizou, em Victoria Park, uma vigília que congregou 180 mil pessoas em memória do massacre dos estudantes do movimento pro-democracia, de Pequim, na Praça da Paz Celestial, em Junho de 1989. A nove de Junho, um milhão desfilou contra a proposta de lei de extradição, e a 16 de Junho, dois milhões participaram em nova marcha anti-lei.

Hong Kong's 2018 media landscape:

Independent English-language news:



港 **Harbour Times**

English-language traditional news (digital/print):

South China Morning Post



Chinese-language news (digital):



Chinese-language traditional news (print):



Figura 3.1 - Fonte: HKFP - Esquematisação do panorama mediático de Hong Kong, 2018

3.2. As denúncias das organizações de jornalistas

A par desta crescente crispação político-social e do bloqueio institucional, os vários documentos produzidos por organizações de defesa dos direitos dos jornalistas assinalavam uma tendência de depreciação das liberdades de expressão e informação.

Logo, em Fevereiro de 2014, sete meses antes do *Occupy Central* - a organização, sediada em França, Comité de Protecção de Jornalistas (CPJ)⁴ publicou um artigo em que apontava o movimento de transformação dos media, em Hong Kong. Desde logo, no que respeitava à propriedade dos meios de comunicação social. Mais de metade dos proprietários integravam organismos políticos da República Popular. Em especial, o poder legislativo na Assembleia Nacional Popular, e o seu órgão de consulta, a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

Em 2014, só o South China Morning Post, (SCMP) controlado pelo grupo Kuok, de origem malaia, - com investimentos em toda a Ásia, na área da logística, imobiliário, sector mercantil e hoteleiro, mas também na China continental - conservava, entre os escassos jornais impressos de língua inglesa, uma imagem de referência na cobertura da agenda de

⁴ Disponível em <https://cpj.org/2014/02/attacks-on-the-press-hong-kong-analysis.php>. Consultado em 19 de Setembro, 2019

Hong Kong. Todavia, aquela imagem acabaria por se esvaír⁵. Primeiro, na Primavera de 2015, com o despedimento de quatro colunistas veteranos. O afastamento foi justificado por imperativos de diversificação da opinião publicada e de redução de custos. Depois, em Abril de 2016, definitivamente, com a compra do título, fundado em 1903, sendo ainda Hong Kong colónia britânica, pelo grupo tecnológico Alibabá⁶. O líder, co-fundador, era o empresário chinês Jack Ma (马云) entre os cem mais ricos da China, segundo o recente ranking da revista norte-americana Forbes, e uma eminente figura da chamada burguesia patriótica nacional, em referência aos empresários *compagnons de route* do Partido Comunista Chinês. A estratégia do grupo para o *Post* apontava para a cooptação e de um título de referência dirigi-lo a uma audiência global mais compreensiva da afirmação geopolítica da China. Numa entrevista ao próprio *Post*, o vice-presidente do grupo Alibaba explicava o seu ponto de vista para o jornal⁷: “Muitos jornalistas que trabalham para organizações media ocidentais talvez não concordam com o sistema de governação, na China, e isso tolda-lhes a perspectiva o seu trabalho. Nós vemos as coisas de modo diferente e pensamos que devem ser apresentadas tal como elas são. Mostrem os factos. Falem a verdade, e é sobre este princípio que nos vamos reger”. Em 2018, foi noticiada a adesão, formal, de Jack Ma ao Partido Comunista Chinês. E, em Setembro, deste ano, Ma abandonou a presidência executiva do grupo.

Na mesma linha se posicionam os sucessivos relatórios publicados, anualmente, pela organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF)⁸. Na análise a 180 países e regiões, o relatório de 2019 arruma Hong Kong na posição 73. Por comparação com 2018, retrocede três posições, e se a referência se atrasar a 2014, verifica-se uma queda de doze lugares.

Para esta degradação, contribuiu a mudança de propriedade dos meios de comunicação social: mais de metade dos titulares apresentam “interesses económicos significativos na

⁵ Desde 2012 que o jornal perdia credibilidade. Em 2012, Wang Xiangwei, ex-jornalista do *China Daily*, a voz oficiosa do governo chinês, foi nomeado director do SCMP. Wang era conhecido por ser membro do Conferência Política Consultiva do Povo Chinês da Província de Jilin, e suspeito de ser ainda membro do Partido Comunista Chinês.

⁶ <https://www.alibabagroup.com/en/ir/home>

⁷ Na sequência do anúncio da aquisição do *Post*, em Dezembro de 2015, o vice-presidente do grupo, Joseph Tsai, explicava a decisão: <https://www.scmp.com/news/hong-kong/article/1890057/alibaba-buys-south-china-morning-post-full-qa-executive-vice-chairman>; depois, em Abril de 2016, Jack Ma detalhava, em entrevista, ao jornal, a estratégia para a publicação: <https://www.scmp.com/news/china/economy/article/1937278/alibabas-jack-ma-chinas-economy-hong-kong-and-south-china-morning>

⁸ Disponível em <https://rsf.org/en/hong-kong> Consultado em 20 de Setembro, 2019. Já depois de concluída esta redacção, os Repórteres Sem Fronteiras publicaram o relatório de 2020. A posição de Hong Kong caiu sete lugares no ranking e surge agora na posição 80. Disponível em <https://rsf.org/en/hong-kong> Consultado em 30 de Abril, 2020

China, são membros de órgãos políticos, como o Congresso Nacional do Povo e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês”. “O Gabinete de Ligação do Partido Comunista Chinês controla, no todo ou em parte, vários meios de comunicação, incluindo os diários *Tao Kung Pao* e *Wen Wei Po*. No entanto, existe uma crescente resistência ao financiamento público e participativo corporizada por um punhado de meios de comunicação online independentes, como o *Citizen News*, o *The Initium*, o *Hong Kong Free Press*, o *InMedia*”. A mesma tendência surge, também, no relatório anual de 2018 da Associação de Jornalistas de Hong Kong⁹. O documento considerava que a liberdade de imprensa, no território, se deteriorara sob a política de “um país” - e as interferências no segundo dos dois sistemas - com os media recorrendo a mais autocensura, sem leis para salvaguardar a liberdade de informação. “É certo que o o Governo Central não fez nem disse nada que pudesse afetar, diretamente, a liberdade de imprensa ao longo dos últimos doze meses. Mas os jornalistas e o público sentem cada vez que o factor China tem vindo a restringir o espaço para a liberdade de expressão e liberdade de imprensa”. E a terminar o capítulo 1, “como uma rocha imensa, o princípio ‘um país’, tem vindo a aumentar a pressão nos corações cansados dos jornalistas”.

O Index da Liberdade de Imprensa evidenciava essa “pressão nos corações cansados”. No *ranking* desse ano, a percepção do público sobre os corações cansados” registava novo mínimo. Numa escala de 100, fixava-se em 45 pontos, e junto dos próprios jornalistas, o indicador era de 40,9 pontos. Se, neste caso, o valor constituía uma subida residual face a 2017, tratava-se, ainda assim, da mais escassa valorização num só ano, desde a criação do dispositivo, em 2013.

3.3. Depois do Occupy: Censuras, Boicotes, Violência

Ao longo destes últimos cinco anos, as restrições ao regime da liberdade de imprensa, e de informação, processaram-se também pela via comercial através da suspensão de contratos e

⁹ Disponível em <https://www.hkja.org.hk/en/survey-report/hong-kong-press-freedom-index/>; <https://www.hkupop.hku.hk/english/report/pressFreedomIndex2019/content/pr.pdf> Consultado em 20 de Setembro, 2019. Já depois de concluída esta redacção, a Associação de Jornalistas de Hong Kong fez publicar o Índice de Liberdade de Imprensa, relativo a 2019 aqui disponível, apenas na versão chinesa https://static1.squarespace.com/static/5cfd1ba6a7117c000170d7aa/t/5eb8b4f906715c5558437900/1589163277018/HKJA_freq_report_2019_final.pdf No entanto, o relatório, em língua inglesa, aponta um novo mínimo quer na percepção dos jornalistas quer na do grande público e encontra-se disponível em https://static1.squarespace.com/static/5cfd1ba6a7117c000170d7aa/t/5eb8b4f906715c5558437900/1589163277018/HKJA_freq_report_2019_final.pdf Consultado em 15 de Maio, 2020.

retirada de material publicitário, fonte tradicional de financiamento da imprensa. Perfilavam-se como operações de retaliação, de silenciamento, ou de rasura de vozes mais incômodas. O caso mais exemplar é o do *Apple Daily*, mas não é único.

O diário de língua chinesa constitui o título charneiro do grupo *Next Media Limited* que também opera em Taiwan. O jornal destaca-se pelo jornalismo tablóide, pela atenção ao mundano e ao entretenimento, mas também por uma agenda editorial informada pela crítica mais instintiva ao regime de Pequim. Desde a fundação, em 1995, o *Apple Daily*, e o grupo *Next Media*, apresentam um historial de boicotes. Em 2014, no auge do movimento Occupy, a sede do jornal foi cercada por manifestantes pro-Pequim e a distribuição do jornal impedida por três dias. Em Novembro, o fundador e co-presidente Lai Chee-Ying (黎智英), conhecido publicamente pelo nome ocidental Jimmy Lai, foi agredido. E, em Janeiro de 2015, a residência do magnata, atacada com cocktails molotov.

Jimmy Lai, uma das vozes mais proeminentes no movimento pro-democracia, é um milionário extravagante com ligações ao Partido Republicano, dos Estados Unidos. O director comercial do grupo, Mark Simon, ocupou funções no Pentágono, em 2005, foi o responsável pela delegação, em Hong Kong, dos *Republican Abroad*, e esteve envolvido em operações de financiamento norte-americano aos partidos pro-democracia¹⁰. A imprensa pro-Pequim considera Jimmy Lai um traidor ao serviço dos interesses dos Estados Unidos¹¹. E, por isso, o *Apple Daily* tem sido um dos alvos preferenciais dos interesses pro-Pequim. Sobre o *Apple Daily*, o anterior Chefe do Executivo de Hong Kong e vice-presidente da Comissão Política Consultiva do Povo Chinês, C. Y. Leung - ou, em mandarim Leung Chun-ying (梁振英) - tem vindo a postar, desde Março de 2019, nas suas contas das redes sociais, fotos e nomes das empresas anunciantes de página inteira no *Apple Daily*. Outro fenómeno com notória repercussão, desde 2014, refere-se à crescente censura e auto-censura, nas várias redacções, tal como os casos de assédio, e violência, sobre jornalistas ligados a media críticos de Pequim¹². Em Agosto de 2017, produziu-se o maior ataque cibernético aos portais da imprensa independente de Hong Kong, em língua chinesa.

¹⁰ Disponível em https://www.washingtonpost.com/world/virginian-cast-as-center-of-hong-kong-plot/2011/11/07/gIQAd84M1M_story.html; <https://www.scmp.com/news/hong-kong/article/1570781/im-not-spy-says-jimmy-lais-right-hand-man-mark-simon> . Consultado em 15 de Setembro, 2019

¹¹ Disponível em <http://www.globaltimes.cn/content/1161929.shtml>; <https://www.youtube.com/watch?v=5W9jxhWNZjY> . Consultado em 15 de Setembro, 2019

¹² <https://www.scmp.com/news/hong-kong/politics/article/3007364/hong-kong-publishers-fear-intensified-censorship-citys> Consultado em 15 de Setembro, 2019

A turbulência social e política inscrita neste historial do pós-transição contagiou também o sistema mediático de Hong Kong que, em especial, depois do movimento *Occupy* conheceu um intenso florescimento na esfera digital. Na sequência das políticas de controlo do espaço público, mobilizadas pelo poder pro-Pequim, jornalistas, activistas, movimentos sociais, procuraram ensaiar na Internet respostas à diminuição das liberdades públicas, em especial, à liberdade de expressão e de imprensa. Esta tendência de recuo das liberdades de expressão, de imprensa e de informação agravou-se ao longo dos anos. Os receios da censura e interferência não eram exclusivos dos media. Depois dos casos dos livreiros sequestrados, em 2015, com publicações críticas do regime chinês, a indústria editorial também passou a temer pelas condições materiais de publicação e distribuição.

Os autores Paul Lee et al. (2017) reconduzem esta tensão a uma luta pela hegemonia da esfera pública de Hong Kong. “Da perspectiva da China, Hong Kong pode transformar-se numa potencial ameaça à sua estabilidade e interesses. Se as instituições e as ideias começarem a ser modeladas segundo as linhas de Hong Kong, ou se essa começar a ser a reivindicação dos cidadãos chineses no Continente, a China acredita que isso conduzirá à instabilidade e colocar o poder do Partido Comunista Chinês, em causa. Por exemplo, a China considera que se os cidadãos chineses do Continente começarem a exigir livre expressão, uma imprensa livre ou liberdade de reunião, tudo vai desembocar no caos e prejudicar o poder do Partido Comunista Chinês”.

Um dos episódios mais icónicos e que entregou visibilidade internacional à situação de Hong Kong foi o que envolveu, em finais de 2018, o editor-chefe da edição Ásia, do *Financial Times*, e vice-presidente do Clube de Correspondentes Estrangeiros (FCC). A Victor Mallet, o Governo decidiu não renovar o visto de trabalho devido à realização de uma conferência, em Agosto, na sede daquele organismo, com Andy Chan, o líder do Partido Nacional de Hong Kong, pró-independência. Antes mesmo da conferência, o Ministério dos Negócios Estrangeiros Chinês tinha enviado representantes ao FCC a solicitar que fosse cancelada. Mas a direcção do Clube considerando a liberdade de expressão um valor prioritário, não anuiu ao pedido de Pequim.

A 24 de Setembro, numa medida inédita desde a transição de poderes do Reino Unido para a República Popular da China, em 1997, o Partido Nacional acabaria por ser ilegalizado e, em Outubro, o visto de trabalho do jornalista revogado. Na prática, a medida significou a expulsão de Victor Mallet.

Um dos mais notáveis aspectos deste caso foi que a notícia dos enviados do Governo chinês ao Clube de Correspondentes, foi revelada pelo pequeno *Hong Kong Free Press*. A revelação constituiu um marco na credibilidade e projeção pública do jornal.

4. HONG KONG FREE PRESS, UMA CARACTERIZAÇÃO

4.1. Contexto e Missão

Em Maio de 2015, dois jornalistas lançaram uma campanha na plataforma de *crowdfunding* *fringebacker.com*¹³ em que procurava obter financiamento público para uma *start up* de jornalismo digital, em língua inglesa.



Figura 4.1 – Fonte HKFP – Primeiras páginas digitais

Um dos proponentes era Tom Grundy, ativista fundador do popular blogue *Hong Wrong* que em 2012 se destacara por ter ensaiado uma designada prisão cidadã de Tony Blair, antigo primeiro-ministro britânico, quando de uma conferência em Hong Kong. Tom Grundy tinha estado na cobertura dos acontecimentos do *Occupy* de 2014.

Com esta campanha de *crowdfunding*, os dois profissionais que, com mil dólares de Hong Kong (HKD) haviam já operacionalizado um *website*, pretendiam recolher, num mês, 150 mil dólares. Em vez desse montante, no início de Junho, a campanha conseguiu arrecadar cerca de 588 mil. Foi a primeira *start up* jornalística a recorrer, inteiramente, a um sistema de *crowdfunding* e a recolher a maior adesão pública em projectos do género.

¹³ Disponível em <https://www.fringebacker.com/en/projects/hong-kong-free-press/> Consultado em 30 de Setembro, 2019

No dia 1 de Junho, porém, e ainda antes sequer de publicar algum conteúdo, o portal foi objecto de um ciber-ataque que o inoperacionalizou cerca de meio dia. Tal imprevisto não obstou a que, em Julho de 2015, o novo título - o *Hong Kong Free Press* - fosse *on line*.

Na frustração do *Occupy Central*, pela incapacidade de activar reformas políticas concretas, mas perante uma inédita capacidade de mobilização social, mas também de escassa sofisticação organizativa (Cheng, 2016) - era entendimento do fundador do *HKFP*, Tom Grundy, que as reivindicações pro-democracia de 2014, teriam de ser amparadas por uma imprensa livre e independente.¹⁴

O projecto propunha-se, por isso, documentar e monitorar a evolução política do território até 2049, nos termos da autonomia, e do princípio “um país, dois sistemas”, plasmados na Lei Básica de Hong Kong e na Declaração Conjunta Sino-Britânica. Mas erigir-se, também, como observador crítico, e imparcial, dos poderes públicos da República Popular da China, e em menor grau, de Taiwan e Macau. Imprescindível era i) ultrapassar o fosso informativo entre a actualidade produzida em língua chinesa e a publicada, em língua inglesa, que o movimento *Occupy Central* tornara evidente; ii) construir uma nova agenda que privilegiasse temas e vozes secundarizados pela imprensa *mainstream* de língua inglesa, pro-situação.

Em geral, considerou-se uma agenda dirigida a consumidores de informação nascidos, na era digital. Jovens adultos implicados nos movimentos sociais do início da década (Nip, 2019), tecnologicamente formatadas pelo advento de tecnologias associadas aos *smarthphones* e, politicamente, consciencializados no movimento estudantil de 2012 - contra a introdução da designada educação patriótica nacional nos curricula das escolas secundárias de Hong Kong - e, no *Occupy Central*.

4.2. Modelo, estrutura e impacto

Neste contexto, o *HKFP* ensaiou uma estrutura de financiamento social, não económica, e de caridade¹⁵. Socorreu-se de uma figura prevista no direito anglo-saxónico mas ausente do ordenamento jurídico português: a de companhia de responsabilidade limitada por garantia¹⁶.

¹⁴ Disponível em https://www.youtube.com/watch?time_continue=21&v=DT0JSGp_91U. Grundy T., Hong Kong Free Press: Powering a Media Outlet Through the Kindness of a City. Consultado em 30 de Setembro, 2019

1. ¹⁵ CFR. APÊNDICE 1 - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A TOM GRUNDY, DIRECTOR DO HONG KONG FREE PRESS. PARÁGRAFO 13

¹⁶ Consultado em 20 de Outubro, 2019 em <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2006/46/section/3> Trata-se de uma associação, tipicamente sem fins lucrativos, desprovida de capital social ou sócios, mas antes membros, os quais garantem efectuar um pagamento num valor nominal (em regra, reduzido) no caso de dissolução da associação. Na doutrina portuguesa, não existe nenhuma figura jurídica

Por lei, o desenho jurídico obriga a que todos os lucros gerados sejam reinvestidos na organização sendo que risco fica limitado ao contributo individual de cada membro.

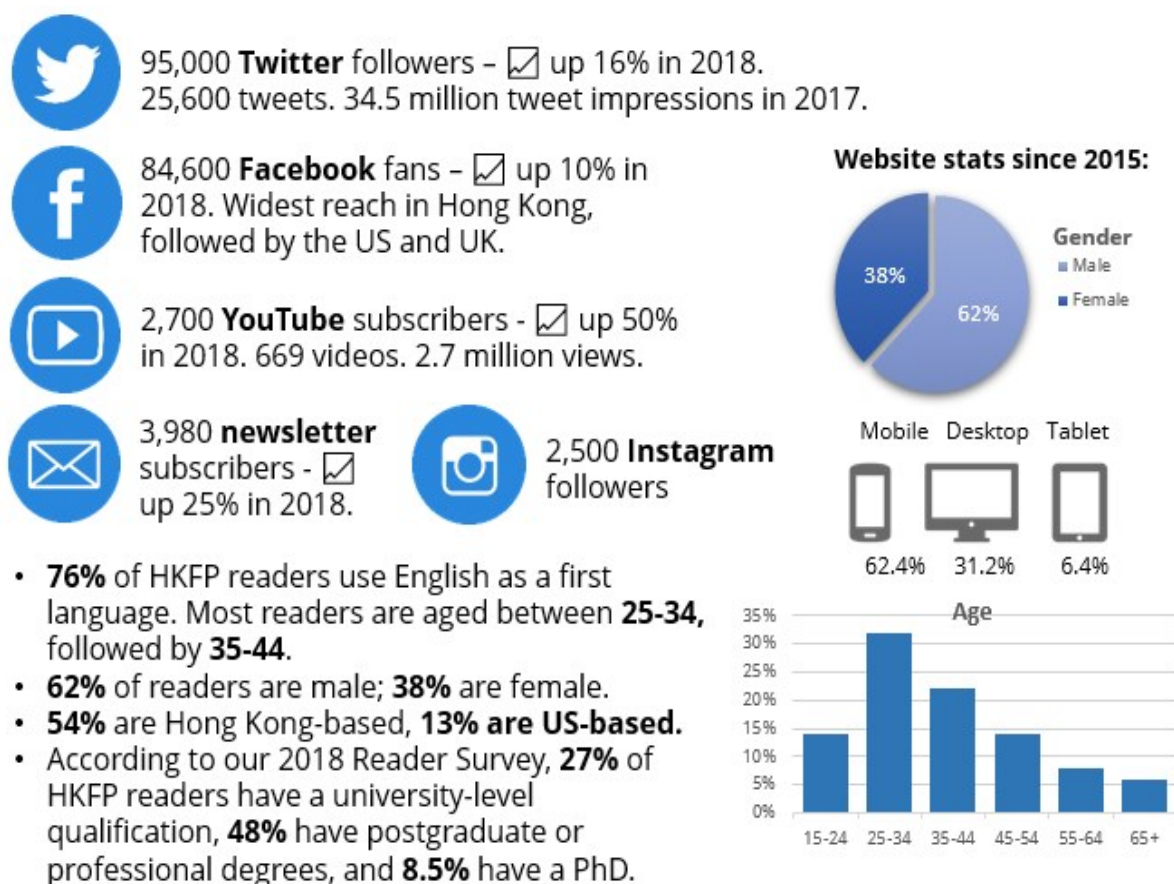


Figura 4.2 - Fonte HKFP Impacto e Leitores

4.2.1. Modelo de negócio social

O *HKFP* apresenta-se como uma organização sem fins lucrativos, sob forma de associação, dirigida por jornalistas, num modelo de financiamento social baseado, sobretudo, em receitas de *crowdfunding*, parcerias e publicidade tradicional. O orçamento, médio, mensal não ultrapassa os 15 mil dólares norte-americanos numa racionalidade de minimização dos custos de funcionamento. A estruturação do financiamento assenta numa multiplicidade de canais de contribuição. O *Hong Kong Free Press* procura afirmar-se segundo um modelo de associação baseada numa rede de patronos. Patronos serão todos aqueles que, numa base regular mensal, efectuem contribuições líquidas para o projecto. De acordo com o valor da contribuição, assim o grau de distinção na hierarquia dos doadores - simples doadores com contributos até

correspondente a esta que, no Direito de Hong Kong, é denominada "company" (sociedade). Ainda assim, apresenta natureza jurídica similar às associações previstas no Direito português.

duzentos dólares de HKD; patronos de bronze com doações entre quinhentos e mil dólares; patronos de prata nas doações entre mil e cinco mil dólares; patronos de ouro se superarem os cinco mil dólares; patronos de platina se chegarem aos dez mil dólares ou mais; patronos de diamante nos casos de contribuições de 50 mil dólares.

As doações têm origem, sobretudo, em contribuintes de Hong Kong mas também existem registos de patronos de outros países língua inglesa, como os Estados Unidos ou a Austrália.

- a) Doação através de cheque endereçado ao Hong Kong Free Press;
- b) Doação através de transferência bancária, e também do chamado *Faster Payment Service* - um método de transferência e pagamentos rápidos entre bancos por recurso a telemóvel ou endereço email - o equivalente ao MB Way em vigor no sistema bancário português. Também através do sistema *Strype*, *Paypal*, por cartão de crédito ou cartão de débito;
- c) Doação através da aplicação *Payme* do HSBC;
- d) Doação através do sistema *DragonCoin*¹⁷ - um dispositivo público de recolha de moedas avulsas destinadas a depósitos bancários, carregamentos de cartões, ou contribuições para causas de solidariedade;
- e) Doação de material informático e audio-visual. Patrocínio de secções estratégicas do portal ou de suporte a despesas de funcionamento;
- f) Doação através de Bitcoin;
- g) Doação através do serviço *Flattr*. Trata-se um serviço sueco de assinatura de microdoação em que os assinantes canalizam um contributo financeiro mensal para apoiar os portais favoritos;
- h) Contributos através de merchandising na loja online do *HKFP*;
- i) Organização de eventos. O *HKFP* organiza, anualmente, a Semana da Liberdade de Expressão em parceria com os Repórteres Sem Fronteiras e a Amnistia Internacional. Compreende uma série de palestras pagas, intervenções de activistas de notoriedade pública, projecção de documentários, exposições alusivas às questões contemporâneas das liberdades públicas.
- j) Publicidade e parcerias media com tendência para afirmar-se entre as mais significativas. Além desta diversidade de fontes, o *HKFP* organiza, anualmente, iniciativas específicas de recolha de fundos.

¹⁷ Modo de funcionamento disponível em https://www.youtube.com/watch?time_continue=40&v=AhMNfdy2Fc8 Consultado em 2 de Outubro, 2019

h) Campanhas de *crowdfunding*. Organização de duas semanas anuais, com campanhas específicas de crowdfunding que constituem uma das principais iniciativas de financiamento e recolha de fundos. Em termos de financiamento público, o *HKFP* elencou como prioridade, deste ano, a expansão do número de patronos até quinhentos; e ainda, o lançamento de uma panóplia de aplicações capaz de agilizar o acesso ao website e torná-lo mais funcional.

Respondendo a uma das linhas maestras do projecto - rigor e prestação de contas - o *Hong Kong Free Press* é, anualmente, objecto de uma auditoria externa, e desde 2016, no seu *website*, vem publicando um Relatório Anual da Transparência¹⁸. Como organização sem fins lucrativos, cuja viabilidade económico-financeira depende dos fluxos de financiamento público, o relatório procura enfatizar valores como a eficiência e a prudência na gestão dos contributos de forma a maximizar “o impacto da generosidade dos doadores”, mas, também, a confiança entre leitores e contribuintes.

Ali se destaca também o esquema de parceria com outras empresas media, rentabilizando as sinergias do trabalho em equipa e da automação para racionalizar custos operacionais. No documento, surgem discriminadas as despesas, por categorias, e publicitados os balanços com os valores totais anuais.

4.2.2. Redacção e Agenda

Do ponto de vista da estrutura e da organização, o *HKFP* partilha, a custo zero, instalações com uma rádio digital. A redacção integrava, em Outubro de 2019, quatro jornalistas profissionais. Não integra estagiários.

O próprio director Tom Grundy acumula funções de edição com um director editorial, dispondo ainda de dois repórteres seniores, um com experiência profissional nas áreas da justiça e direito, da política e dos movimentos sociais; outra autora de grandes reportagens em questões de urbanismo e especulação imobiliária, sociedade civil, ambiente, género ou minorias.

¹⁸ Disponível em <https://www.hongkongfp.com/hong-kong-free-press-transparency-report-2018/C> e <https://hongkongfp.com/hong-kong-free-press-annual-report-2019/Ch>
<https://www.hongkongfp.com/2019/07/10/editorial-hkfp-exceeds-2019-funding-drive-goal-raising-record-hk1-8m-secure-operations-fourth-year/> Consultado em 2 de Outubro, 2019

The 2019 HKFP team includes:



Editor-in-Chief Tom Grundy is a British multimedia journalist based in Hong Kong for 13 years. He has a BA in Communications & New Media from Leeds University and an MA in Journalism from the University of Hong Kong. He has contributed to BBC World TV/radio, Quartz, Global Post, Sky News and others. He previously founded the popular culture platform, hongwrong.com and a campaign for domestic workers.



Editorial Director Kris Cheng is a Hong Kong journalist with an interest in local politics. His work has been featured in Washington Post, Public Radio International, Hong Kong Economic Times and others. He has a BSSc in Sociology from the Chinese University of Hong Kong. At HKFP, Kris guides the team's daily Hong Kong political coverage.



Senior Reporter Holmes Chan covers local news with a focus on law, politics and social movements. He provides on-the-ground, daily reporting for HKFP at the legislature, courts, protests and community events. He graduated from the University of Hong Kong with a degree in law and literature.



Reporter Jennifer Creery is a Hong Kong-born British journalist specialising in writing long-form features on civil society, minority rights and urban planning for HKFP. She holds a BA in English from King's College London and has studied Mandarin at National Taiwan University in Taipei, where she previously worked as a journalist.



Tim Hamlett has been HKFP's weekly guest editor since 2015. He came to Hong Kong in 1980 to work for the Hong Kong Standard and has contributed to, or worked for, most of Hong Kong's English-language media outlets. In 1988, he became a full-time journalism teacher.

Hong Kong Free Press would not be possible without the support and assistance of our countless tech, accounting and editorial volunteers, and The Hive.

Figura 4.3 – Fonte HKFP – Equipa editorial fundadora e dirigente 2019

Por fim, o *HKFP* tem, em permanência, um editor voluntário, ao fim de semana, com experiência de cobertura jornalística dos assuntos de Hong Kong, desde 1980, cargo que acumula com funções lectivas numa universidade local. Sendo este o núcleo duro da organização, o *HKFP* tem ainda a colaboração de uma equipa de voluntários nas áreas tecnológica e de gestão financeira. Todos os jornalistas são bilingues, num esforço de integração da actualidade reportada em língua inglesa e chinesa, uma das propostas fundadoras do *HKFP*. Também o sector da Opinião é voluntário e não remunerado.

O trabalho dos jornalistas voluntários adquiriu particular visibilidade na cobertura intensiva dos protestos contra a proposta de lei de extradição que tiveram início, no passado mês de Junho.

Se os protestos do *Occupy*, de há cinco anos, reuniram as condições sociais para o lançamento deste media digital, a vaga de contestação à lei anti-extradição que se iniciou a 9 de Junho, de 2019, funcionou como corolário de um projecto, geneticamente, moldado nos valores daquele movimento.

Durante os primeiros meses de actividade, o *HKFP* distinguiu-se pela produção de uma agenda, em contra-corrente, publicando histórias relacionados com os direitos humanos, o escrutínio da elite dirigente de Pequim e de Hong Kong, as reformas do sistema constitucional, censura e liberdade de imprensa, as relações com Taiwan; também questões sociais mais controversas - a condição dos trabalhadores migrantes, a sustentabilidade ambiental e urbana, as minorias étnicas e sexuais; ou, por fim, assuntos banidos da imprensa, na China continental, como o massacre dos estudantes da Praça Celestial, em 1989, ou as actividades do movimento espiritual Falun Gong, proibidas no continente chinês, em formatos de jornalismo explicativo.

No ciclo de cinco anos, a produção editorial do *HKFP* projectou novas retóricas e actores sociais. Através estratégias de *content sharing* com imprensa de língua chinesa, - como o *The StandNews*, herdeiro do *House News*, de orientação liberal, renascido em Dezembro de 2014 - ou de agregação de notícias, ou opinião, com a Fundação Global Voices o o China Media Project, de abertura a colaborações externas à redacção, ou do privilégio dado ao vídeo e ao jornalismo fotográfico, o jornal amparou este discurso crítico e entregou visibilidade a figuras políticas emergentes onde, nos meios tradicionais de informação, ela era escassa ou estereotipada.

No segundo semestre de 2019, a situação permanente de crise justificou uma linha editorial em contra-corrente, mas essa contingência implicou, também, a monopolização da agenda e avocação dos escassos meios do *HKFP* na cobertura das ruas. A pressão dos acontecimentos foi gerida com recurso às redes sociais onde está presente - *Twitter*, *Facebook*, *YouTube*, *Instagram*, nas app para *smartphones*. Além do *website*, o *HKFP* adoptou, em especial, a convergência de meios na página pública de *Facebook*¹⁹. No quase continuum diário de informação, activou ali um sistema de notificações para a cobertura das *breaking news*. As reportagens em formatos *live blogging* concentraram-se na figura, ausente-presente,

¹⁹ O número de seguidores do *HKFP* na rede Facebook, em Outubro de 2019, registava um aumento de mais cem por cento, se comparado com o número fornecido pelo Relatório da Transparência de 2018 - 84 600, então, versus 207 mil verificados em 25 de Outubro, 2019 quando consultado em https://www.facebook.com/pg/hongkongfp/community/?ref=page_internal. A mesma tendência se verifica na rede social Twitter. No Relatório da Transparência de 2018, o *HKFP* contava com 95 mil seguidores na conta. Em Outubro, de 2019, o número ascendia a 232 800, mais do que triplicando face, ao ano anterior, conforme consulta em 25 de Outubro, 2019

do jornalista multi-task (várias vezes, o próprio director Tom Grundy), munido de um simples *smartphone*, imerso ora entre a massa contestatária, as conferências de imprensa diárias da Polícia de Hong Kong, os focos de violência nos bairros residenciais, as ocupações do aeroporto internacional, os cordões humanos pela democracia.

4.3. Um Código de Ética

Em Março de 2020, e após um encerramento de cerca de três meses para reestruturação, coincidente com a emergência de uma situação de pandemia pública e consequente acalmia nas manifestações de rua, o jornal adoptou um Código de Ética²⁰.

Trata-se de um documento adoptado a 11 de Março de 2020, organizado em cinco capítulos – Missão, Práticas profissionais, Guias básicos, Conduta Pessoal, Bens e Valores – cuja redacção final resultou de um debate interno da equipa e que se inspirou no código de boas práticas profissionais da Agência *France Press*²¹.

As razões que fundamentaram a adopção de um documento desta natureza prendem-se com os dilemas ético-deontológicos conhecidos pelos repórteres durante a cobertura da vaga de protestos de 2019.

Durante cerca de sete meses de recorrentes manifestações organizadas, ou inorgânicas, a um ritmo quase diário, a direcção do jornal foi tomando decisões *ad-hoc*, improvisadas para aquela específica circunstância que resultavam num conjunto pouco sistemático e pouco orientadas para precaver situações futuras. Os próprios jornalistas se encontravam-se, no centro da notícia, ou eram confrontados com episódios de violência extrema colocando à prova valores de imparcialidade e de distanciamento na cobertura rigorosa e factual dos acontecimentos.

A adopção de um quadro sistemático de regras e de boas condutas foi a resposta adoptada para entregar ao corpo de repórteres um chão deontológico capaz de garantir ao projecto segurança, enquadramento. Mas também para responder ao intenso escrutínio de leitores, contribuintes, anunciantes e poderes públicos neste contexto em que a credibilidade se afigura como valor determinante da viabilidade do projecto jornalístico²².

A identificação do projecto surge, no primeiro ponto, do Código de Ética dedicado à missão do *HKFP* e, no qual, se compromete a “amplificar as vozes dos sem voz, não dos

²⁰ Disponível em <https://hongkongfp.com/hkfp-code-ethics/> Consultado em 20 de Abril, 2020

²¹ Disponível em https://www.afp.com/communication/chartes/12_april_2016_afp_ethic_final.pdf Consultado em 20 de Abril, 2020

²² Cfr. Anexo 1 Código de Ética. Parágrafo “Mission”. Página 1

poderosos” e a operar como *watchdog* “no caso de valores básicos e das liberdades serem ameaçados”.

O documento inclui entradas sobre relação com as fontes, confidencialidade, eleições, imparcialidade, terrorismo ou ainda questões, particularmente relevantes para a actual circunstância socio-política de Hong Kong. Questões relativas a fenómenos de violência, ou a discursos de ódio, considerando que, nessas situações, devem ser reportados embora com prudência - “colocado em contexto e pedir reacções” e alertar os leitores para a natureza da linguagem. “Não censuramos linguagem obscena porque acreditamos que, nas raras ocasiões em que é usada, os nossos leitores conseguem integrá-la no contexto da cobertura noticiosa”. O Código dedica uma entrada a imagens de violência explícita alertando, entre outros cuidados, para a necessidade de evitar “estas imagens apenas para estimular qualquer interesse mórbido”.²³

Parágrafo relevante prende-se com as referências a raça, religião, orientação sexual, identidade ou incapacidade. “Não referimos raça, religião, orientação sexual, ou incapacidade se não for pertinente para a história. Não indicaremos referências étnicas de um suspeito da prática de crime se tal constituir um factor irrelevante para a sua identificação”²⁴.

A mesma relevância adquire a entrada relativa a *Dor, Traumas e Suicídios* alertando para a importância de uma informação ainda mais rigorosa, cuidadosa, e imperiosa confirmação do facto.

5. DE DENTRO DO HKFP: “SAÍMOS DO GÁS LACRIMOGÉNIO DO OCCUPY”

Na entrevista, Tom Grundy, director e fundador do HKFP, reconhece que a materialização do projecto decorre das reivindicações democráticas do movimento social que, em 2014, desafiou o poder do governo central de Pequim.

A agenda de democratização mobilizou partidos políticos e novos ativismos sociais, mas apesar de coincidir com um programa de liberalização da vida pública, Tom Grundy, considera que o HKFP nunca se perfilou como manifesto orgânico do movimento pro-democracia. Verdade, factos, imparcialidade são valores fundamentais, afirma Tom Grundy: Procuramos ser equilibrados, não tomamos partidos. No nosso *website*, podem encontrar histórias que são inconvenientes tanto para o Governo como para a oposição e os manifestantes. Preocupamo-nos com os factos. Mas é verdade que somos o resultado - saímos

²³ Idem. Parágrafo “Graphic Imagery”. Página 8

²⁴ Idem. Parágrafo “Race, religion, sexual orientation, disability and identity”. Página 10

do gás lacrimogéneo do Movimento dos Guarda Chuvas, de 2014, como resposta às preocupações na cidade em relação ao estado da liberdade de imprensa (Apêndice I, parágrafo 1).

A exiguidade da proposta editorial em língua inglesa, com predomínio de media tradicionais como o centenário *South China Morning Post*, no impresso, também funcionou como factor estimulante ao florescimento de novas propostas de media digital. “Por isso, queríamos fazer alguma coisa diferente - dirigido por jornalistas, apoiado por leitores e imune, tanto quanto possível, a essas preocupações ligadas à falta de liberdade” (idem). Não se tratava de ativismo social, nem sequer de produzir um jornalismo alternativo, mas sim de reabilitar a esfera pública na integração de vozes que o processo de institucionalização tendia a excluir. “Não somos sequer media alternativa. Somos *mainstream* no jornalismo que praticamos e até, mesmo muito, tradicionais. Seguimos os padrões éticos internacionais de jornalismo. Colocamos em prática o que aprendi enquanto estudante de mestrado em jornalismo, suponho, e que é, na maior tradição do jornalismo, falar a verdade perante o poder, ser a voz dos sem voz...” (*Idem*, Parágrafo 3).

Apesar desta identificação com “o jornalismo tradicional”, o jornal tem feito opções inovadoras. Em especial, na cobertura do protesto político contra a lei de extradição. O recurso a um jornalismo imersivo através do vídeo a 360 graus, ou dos *live streaming*, no *Facebook*. “As pessoas estão-se a virar-se cada vez mais para os *live streaming* e as redes sociais. Em especial para o *Telegram*, creio que talvez pela rapidez, mas também porque, em parte, existe aqui uma questão de confiança. Quando consegues ver o bruto, sem estar editado, do antes, durante, e depois dos acontecimentos, sem essa edição, consegues formar o teu ponto de vista e acho que é, por isso, que as pessoas estão cada vez mais interessadas no *live streaming*”. (Ibidem, parágrafo 5)

Por outro lado, em vez de um lugar tradicional reclamado pelo *HKFP*, a prática editorial encontrará maior ressonância na definição de “media dissidente”. O próprio modelo de financiamento, através de canais de *crowdfunding*, faz depender a viabilidade económica de uma regular validação pública. E em momento de acentuada crispação social, a predisposição dos leitores financiar para um projecto, politicamente, empenhado é mais significativa. Ao contrário, em normalidade, poderá definhir. No caso de Hong Kong, Tom Grundy entende que a tendência é congregar mais apoios quando os protestos políticos aumentam. “Não acho que esta agitação vá terminar. Depois do dia 1 de Outubro, mudei de ideias sobre isto. Acho que vamos entrar mais numa situação como na Irlanda do Norte, um conflito de baixa intensidade, actos de resistências, desobediência civil e alguma violência durante muitos anos.

Mas mesmo que as coisas venham mesmo a acalmar-se não estou demasiado preocupado acerca do apoio das pessoas. Acredito que se fizermos um bom trabalho, então os nossos leitores vão continuar a apoiar-nos (*Ibidem*, parágrafo 6).

O esquema de *mix crowdfunding* na linha do modelo *Netflix*, de subscrição mensal, com recurso a outros canais de financiamento tem-se revelado sustentável, mas através de um esquema de sócios e patronos mensais que nos oferece um módico de previsibilidade. Se virmos o que *Spotify* fez na música, o *Netflix* no cinema e televisão, este tipo de modelo de subscrição, com ou sem paywalls, a tendência na indústria é recordar às pessoas que o jornalismo também custa dinheiro (*Ibidem*, parágrafo 7).

Trata-se de uma garantia de independência do poder político que, no caso de Hong Kong, é indissociável do político. “Temos uma grande quantidade de dinheiro oriundo de muita gente, em vez de só de uns poucos. Não queremos grandes magnatas a encherem-nos de milhões”. (*Ibidem*, parágrafo 8) O impacto é reconhecido²⁵ porque as pessoas reconhecem que, particularmente, com a censura no continente chinês, há uma necessidade, ainda maior, de uma voz livre, mas, apesar do sucesso de financiamento público, o projecto ainda obtém no conjunto dos media de Hong Kong uma baixa audiência. Se é funcional em Hong Kong, não será a solução geral para os desafios do media. O *crowdfunding* não vai salvar o dia. “Este modelo pode não ser funcional em todo o mundo. Eu sei que, de acordo com o relatório de jornalismo digital do Reuters Institute, os *hongkongers* estão entre os mais disponíveis, no mundo, para pagar por notícias. Temos sorte nisso e, de facto, a tendência é recebermos mais apoio quando se dão estes protestos políticos” (*Ibidem*, parágrafo 7). O modelo de financiamento dependerá das circunstâncias particulares do contexto político-mediático, mas o jornalista considera que a forma de organização pode ser replicável. A forma como o *HKFP* se tem implantado pode informar estruturas mais frágeis a operar noutros contextos. Para isso, o *HKFP* obteve uma bolsa da *Google*: vamos usar esse dinheiro para construir uma open source platform para outras redacções, no mundo, em particular, redacções independentes, para que possam construir as suas próprias plataformas de funcionamento, muito semelhantes à nossa (*Ibidem*, parágrafo 12).

O jornalista refere ainda que o enquadramento jurídico de Hong Kong impede o projecto de se assumir na sua natureza caritativa, mas “na prática, actuamos como entidade caritativa. Se fosse, nos Estados Unidos, isso permitia-nos estar isentos de imposto porque a nossa

²⁵ Disponível em <http://www.digitalnewsreport.org/survey/2019/hong-kong-2019/> Consultado em 20 de Outubro, 2019

prática é tão transparente e ética como qualquer organização caritativa. Somos o equivalente a uma empresa caritativa, actuamos como tal, mas estamos impedidos de aceder a esse estatuto” (*Ibidem*, parágrafo 13).

No rescaldo da longa temporada de protestos, o director do *HKFP* esclarece que o projecto suspendeu a produção editorial própria para uma reestruturação interna e adopção de um Código de Ética. O período de cerca de três meses, entre Janeiro e Março, coincidiu com o início das restrições de reunião e movimentos, em Hong Kong, por efeito da epidemia de COVID-19. O jornal regressou à normalidade editorial no final de Março. Tom Grundy justifica a importância de assumir um caderno de regras orientadoras da conduta dos repórteres para garantir “tranquilidade e enquadramento, especialmente, agora quando os jornais estão sob um enorme escrutínio acerca da actuação da imprensa, quando há perguntas dos leitores, quando a nossa credibilidade está ser observada ao microscópio, podemos mostrar o Código de Ética e dizer porque é que agimos de determinada maneira, podemos prestar contas” (*Ibidem*, parágrafo 14).

No entanto, já quanto à adscrição imediata desta codificação de regras e identificação de práticas profissionais a uma ética radical na compreensão das funções normativas dos media, o jornalista propõe alguma prudência. “Nunca pensei muito nessa ideia do jornalismo de paz, ou jornalismo sensível ao conflito porque tento manter as coisas simples e, simplesmente, tentamos concentrar-nos nos factos e ser rigorosos” (*Ibidem*, parágrafo 14). A adopção de um Código de Ética resultou da urgência prática de reportar, diariamente, um conflito assimétrico e com novos dilemas com que os repórteres se confrontaram na cobertura das ruas. “Estas questões têm surgido, muitas vezes, nas nossas reportagens. E a razão para adoptarmos agora um Código de Ética é porque, muitas vezes, as questões éticas que abordamos na universidade serem muito teóricas. E nós, durante os protestos, fomos confrontados com situações éticas muito concretas” (*Ibidem*, parágrafo 14).

6. CONCLUSÃO

A pergunta de partida desta dissertação, recordamos, era se a experiência do *Hong Kong Free Press* pode funcionar como modelo de jornalismo num contexto de erosão das liberdades públicas.

A coleção de literatura publicada sobre este assunto e os dados empíricos recolhidos parecem indicar uma resposta afirmativa. Isto na medida em que existe uma série de pressupostos que têm permitido, ao longo destes cinco anos, suportar um modelo editorial e de negócio com as características do *HKFP*.

Em primeiro lugar, devido ao sistema formal de garantias e liberdades vigentes em Hong Kong. Apesar de sob intensa pressão, nestes últimos cinco anos, o sistema tem tolerado a existência de projetos de informação livre. Tal como refere Colin P. Agur, a ausência de um regime institucional de censura consolidou um sofisticado ativismo digital durante um período continuado sem a intervenção governamental.

Depois, a elevada predisposição para o pagamento de notícias no online. O registo de 2019 do *Digital News Report*, da Reuters, revela em Hong Kong um dos mais altos índices de disponibilidade entre os consumidores de notícias do conjunto de países e regiões constantes do documento. Como refere o director Tom Grundy, há milhares de contributos no esquema de *mix crowdfunding*, “uma grande quantidade de dinheiro oriundo de muita gente,” que asseguram a independência de grandes magnatas ou do poder político. E acresce a isto, como considera Edward Cheng, um sistema político obsoleto e uma “sociedade civil em modo de autodefesa” ávida de novas plataformas de expressão livre.

Estes fatores permitem-nos formar a convicção de que existe espaço para a circulação e consumo de uma informação livre amparada em fontes de financiamento sustentáveis capazes de entregar viabilidade económica a projetos como os que aqui estudamos.

Diferente questão, é se este é um modelo transferível para diferentes contextos sociopolíticos. Aqui, o sentido da resposta já dependerá das prerrogativas e das tensões próprias desses contextos outros. Dito isto, o *HKFP* alimenta um projeto de *opensource*, financiado pela *Google*, orientado para apoiar a constituição ou desenvolvimento, no mundo, de pequenas redações independentes. Mas, como nota Tom Grundy, o “*crowdfunding* não vai salvar o dia”. O sucesso do *HKFP*, neste capítulo, decorre mais das condições materiais dos consumidores deste tipo de informação e, por outro lado, da objetiva situação político-institucional de Hong Kong – ambos elementos distintos da sociedade local e do tempo histórico que se vive na região. Destas considerações decorrem algumas outras que consideramos afluentes de uma questão mais ampla sobre jornalismo e redes sociais.

Que boas práticas de jornalismo se podem detetar na experiência do *HKFP*? De que modo este modelo integra elementos capazes de pensar o horizonte do jornalismo e dos modelos de negócio que o sustentam.

Poderemos pensar numa resposta em função do digital. A desvantagem de uma redação com escasso número de elementos, como é este caso, tem sido compensada pelo uso recorrente das redes sociais e da capitalização do grau de ativismo digital que se regista na esfera pública local. De resto, o próprio Tom Grundy reconhece que “num mundo ideal, com maior capacidade financeira apostaria em tecnologia e jornalismo na China”. O investimento é justificado.

Regressando aos dados de Hong Kong constantes no *Digital News Report* do Reuters Institute, de 2019, o *online* continua a surgir, a par da televisão, como uma das maiores fontes de consumo de notícias sendo que no *ranking* das redes sociais e de mensagens as que mais sobem são o *Whatsapp*, o *Instagram* e o *Wechat* (mas o relatório não integra ainda os acontecimentos do segundo semestre do ano passado).

Esta prevalência parece decorrer do reconhecimento das redes sociais como espaço de pluralidade (de ideias e representações) e de credibilidade (na construção da notícia enquanto dispositivo de representação rigorosa dos factos). Como nota Tom Grundy, há uma cada vez maior procura do *live streaming*, e de redes sociais como o Telegram, porque o acompanhamento do fluxo bruto dos acontecimentos, sem ainda a edição jornalística, concorre para uma elaboração mais informada dos pontos de vista. Tal não significa que a mediação jornalística esteja dispensada, mas apenas que o acompanhamento de todo o processo da elaboração da notícia, e não já só o produto final, contribui para a credibilidade do próprio processo informativo.

O digital parece constituir-se também como espaço virtuoso de compensação nessa capacidade de oferecer uma informação mais plural, mais monitorizada, mais independente e mais inclusiva. Ou, como justifica Joyce Nip, porque veicula “representações diferentes do mundo que funcionam como recursos na formação individual de perspetivas analíticas” materializando o que autora entende configurar um jornalismo dissidente.

Do ponto de vista ético, porém, o compromisso do *HKFP* de “falar verdade perante o poder e dar voz aos sem voz” parece ser menos tributário de uma ingénua proposta de dissidência do que do chamado “advocacy journalism”, mais próximo das correntes do jornalismo de paz tal como referidas por Seow Ting Lee ou Natalia Lukacovic.

Tratamos de questões próprias da ética digital pertinentes no quadro da mudança radical que o panorama mediático sofreu ao longo das últimas décadas. Caberia indagar se os códigos

ético-deontológicos que regulam e orientam a prática jornalística atual não sofrerão de manifesta obsolescência. Esta seria já uma linha de investigação distinta da que ensaiamos ao longo deste estudo, mas que, por subsidiária, justificaria uma aproximação futura.

7. BIBLIOGRAFIA

Agur, C. P., & Frisch, N. (2019). Digital Disobedience: Social Media Activism in Hong Kong's 2014 Umbrella Movement. *Social Media and Society*, 5(1). <https://doi.org/10.1177/2056305119827002>

Cardoso, G., Magno, C., Soares, T., & Crespo, M. (2015). Modelos de negócio e comunicação social : legacy media, novos media, "telcos" e start-ups jornalísticas

Cheng, E. (2016). Street Politics in a Hybrid Regime: The Diffusion of Political Activism in Post-colonial Hong Kong. *The China Quarterly*, 226, 383, 406. <https://doi.org/10.1017/S0305741016000394>

Clement Y. K. So (2017). Hong Kong media and politics revisited in 2017: introduction. *Chinese Journal of Communication*, 10 (4), 333-337. <https://doi.org/10.1080/17544750.2017.1406840>

Lee, S. T. (2010). Peace journalism: Principles and structural limitations in the news coverage of three conflicts. *Mass Communication and Society*, 13(4), 361-384.

Kaiman, J. (2014). Hong Kong's Umbrella Revolution — The Guardian briefing. The Guardian. Retrieved from <https://www.theguardian.com/world/2014/sep/30/-sp-hong-kong-umbrella-revolution-pro-democracy-protests>

Lee, Paul S. N., So, Clement Y. K. & Leung, Louis Leung. (2015). Social media and Umbrella Movement: insurgent public sphere in formation. *Chinese Journal of Communication*, 8 (4), 356-375. <https://doi.org/10.1080/17544750.2015.1088874>.

Lukacovic, M. N. (2016). Peace journalism and radical media ethics. *Conflict & Communication*, 15(2).

Nip, Joyce Y.M. (2019). Dissenting media in post-1997 Hong Kong. In Wright, Teresa (ed.). *Handbook of Protest and Resistance in China* (394-404). Retrieved from <https://www.elgaronline.com/view/edcoll/9781786433770/9781786433770.xml>
<https://doi.org/10.4337/9781786433787.00040>

Links:

<https://www.hongkongfp.com/hong-kong-free-press-transparency-report-2018/>

<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2019/hong-kong-2019/>

8. ANEXOS E APÊNCIDES

ANEXO A

Hong Kong Free Press – Código Ético

HKFP's Code of Ethics was adopted by the team on March 11, 2020, to govern all future reporting practices. Our code is shared publicly in the interests of transparency. We wish to thank Agence-France Presse, who allowed us to use their guidelines as a basis for our own.

Mission:

Our goal is to be the most independent and credible English-language news source in East Asia. We seek to amplify the voices of the voiceless, not the powerful. Our platform will act as a monitor should Hong Kong's core values and freedoms be threatened. HKFP seeks to bridge the gap between Chinese and English reporting while providing a platform for critical voices that is immune from increasing political and commercial pressure.

Professional practice:

Guiding principles

We should provide accurate, balanced and impartial news coverage, and correct errors quickly and transparently.

We should not misrepresent information or quotes and we must report truthfully. We should be transparent about our sources of information. We will never submit a story to a source for vetting.

We are answerable to only readers – our independence means we are fully resistant to censorship and self-censorship. As such, our language must be free of bias, influence and prejudice.

We should honour the trust of our sources and protect their confidentiality. We should seek their informed consent and never knowingly jeopardise their safety.

We should respect the presumption of innocence.

We should take care when dealing with victims or relatives who are grieving to avoid further trauma. We must seek parental consent when interviewing and taking photos of children.

We do not use subterfuge or manipulation to gather news unless an editor has approved an undercover investigation. We must identify ourselves as HKFP journalists unless in exceptional circumstances.

We do not pay sources or use information gathered for personal benefit or financial gain.

The basics:

Accuracy

We have a responsibility to the public to report facts without deliberate omissions or selective use of material. Headlines and leads should match the body of the article and should not give a false impression of the story. Similarly, photographs and videos should not be staged or edited in a way that misleads viewers. Other multimedia such as graphics should be scaled correctly and sources should be presented transparently.

We must not passively restate material given to us; instead, we should challenge our sources and fact-check their statements. We can accurately quote a person or organisation but should highlight any inaccuracies and contradictions made in their comments.

We must not be influenced by publicity, hype, or promotional material. We should not exaggerate information and should be conservative when using superlatives such as “best,” “worst,” “biggest,” and “smallest.” In turn, we should not downplay information that is inconvenient to our piece or readers, nor ignore stories of public interest.

We must be meticulous in our reporting, including in our use of names and statistics. We have a duty to discern facts from conjecture to ensure our readers have access to the right information. We must not report rumours or unverified information—such as online chatter—and must verify material to the highest standard.

Analysis

Insight and analysis are an important part of our job, but we must take care to present opinions in a neutral manner so as to not reflect our own viewpoint. We should seek a range of analysis from trustworthy experts and avoid relying on one speaker to fit our angle or narrative.

External parties writing for our Opinion or Voices section should be mindful of our ethical code and standards.

Anonymity

Anonymous sources should be an exception, not the rule. We should be as transparent as possible in our reporting and only use anonymous sources when we have no other way of obtaining information. We should explain to readers why we could not identify the source.

Contributing writers should use their real names on the grounds of accountability, and may only be allowed a pseudonym by editors in very exceptional circumstances such as where the author’s safety or job security may be compromised.

Approval

We do not submit a text of an interview or quotes for vetting and approval, but we can contact an individual to clarify quotes or factual points. The promise of copy approval should not be used as a method to secure interviews or information. An exception may be with clearly marked “sponsored” content. (See also: Paid-for content).

Balance and fairness

We must try to contact both sides of a story and obtain comment or reaction from those facing accusations of wrongdoing. We should always consider whether the piece is truly balanced. (See also: False equivalence.)

Unless the story is especially urgent, we should give people facing accusations in an article a reasonable time to respond. A single unanswered email or phone call is not enough—if we are unable to reach a person in time, we should say so in our story and continue to try to reach them after publication, updating the article if we obtain a reaction.

Bylines

In the interests of transparency and accountability, all of our reports carry the reporter’s name, or a joint byline if two journalists were involved. If there are safety or security concerns, we may use the HKFP staff byline. If a report was a team effort, we will state their names at the top of the article. If a colleague had a minor role in a report, we will add their name at the bottom as “additional reporting.” (See also: Anonymity.)

Complaints

We must deal with complaints quickly, calmly and appropriately when we believe they are justified and a reply is warranted. (See also: Errors.)

If a complaint refers to potential legal issues such as libel, defamation or an infringement of the law, we must ensure the complaint is made in writing and refer the matter to editors to handle before responding. We must not enter into a correspondence with the person concerned beyond acknowledging receipt of the complaint. Do not admit responsibility until the complaint has been handled by editors—though well-intentioned, our responses may be used in future legal action against the company.

HKFP will resist requests to remove content from its archive without legal justification, except in extreme circumstances such as safety concerns.

Confidentiality

We have a responsibility to protect sources, staff, freelancers and fixers and never knowingly put them in harm’s way—this duty extends to guarding against digital surveillance. We may be subject to legal consequences if we fail to do so. HKFP reporters should never turn over

documents, recordings, pictures or videos to a third party. If they are compelled to do so by the authorities, they must consult an editor who will seek legal advice.

Covering HKFP

Occasionally, we must report on ourselves. When providing in-house coverage, we must apply the same standards of balance and impartiality such as including opposing views when necessary. We should not use anonymous sources in stories about HKFP.

It is acceptable to give prominence to our own winners when covering awards but we should do it factually and without self-promotion.

We can refer to our own staff in stories but must indicate that they work for HKFP. Reports about HKFP should be approved by senior editors before publication. If a story relates to a specific staff member, or if they are quoted, they should not write the story.

Children

We must take special care when interviewing, photographing or filming children who may be unprepared for dealing with the media. We should identify ourselves and explain our purpose in language they can understand. We should seek permission from a parent, guardian, teacher or another responsible individual, preferably in writing. In impractical circumstances If this is impractical—such as with reports of breaking news, disasters or conflicts—reporters must judge the value of the story and inform their seniors before publishing without parental consent. Any major intrusion into children’s lives must have sound public interest justification.

We must consider whether the story will harm or embarrass children in the future and, when appropriate, take measures to obscure their identities for their protection.

Data

Data mined must be thoroughly checked for accuracy and from a reliable source. It must be presented in a transparent and neutral way that does not indicate bias.

Elections

Media coverage of elections is an important part of the democratic process and we have a duty to ensure we deliver impartial coverage and give voice to all candidates irrespective of personal political beliefs. Our opinions or personal relationships should not influence or bleed into our work or coverage selection. Neither HKFP nor staff should openly express specific support for any candidate, including on personal, public social media accounts.

We can quote a candidate on a statement but take care not to amplify discriminatory or defamatory comments without giving the right of reply to opponents. We should challenge erroneous statistics or unverified rumours.

Opinion poll coverage should be restricted to respected institutions that have allocated significant resources to the study and should include information on methodology, the date and number of people interviewed.

Embargos

We are ethically obliged to honour embargoes once we agree to handle a story. Breaking an embargo could deprive us of receiving information from the material's authors in the future. HKFP reporters should consult editors if they believe there is an urgent reason for publishing the story ahead of time. If another outlet breaks the embargo or releases elements of the material under an "exclusive" tag, we are no longer obliged to comply with the embargo.

Endorsements

We must not promote or endorse commercial products and interests of contributors on our platforms unless it is in our readers' interest and marked as "sponsored." We may report on product launches in an impartial manner if they are of genuine interest but we must be cautious not to blindly repeat manufacturers' claims without checking the veracity of the statement. We should provide context and information about competitors. (See also: Paid-for Content).

Errors & corrections policy

HKFP must correct factual errors as quickly as possible. Journalists should openly and honestly report errors to their editors who will consider publishing a correction. Falsities, misquotes or misleading statements are among the situations where a correction may be warranted.

When issuing a correction, we will publish at the bottom of the article:

The day or time of the correction.

The information which was corrected.

An apology and, if appropriate, an explanation.

If new information or a development emerges which contradicts a story or affects its facts, we may consider writing a follow-up story or add an update at the bottom of the original piece.

If necessary, we may withdraw a story from the website and replace it—at the same URL—with an explanation.

False equivalence

We should not give false equivalence to both sides of an issue when one is demonstrably false, such as climate change denial.

Grief, trauma and suicide

We must take care when reporting on personal grief, shock or trauma.

When reporting on death, we must seek confirmation by officials or an authorised spokesperson with direct knowledge of the situation. We must ensure we know how the source has knowledge of the death to avoid reporting hearsay. If a trustworthy media outlet reports the death of a public figure using an identified source, we can pick up the story with approval from editors and cite the outlet. Otherwise, independent confirmation must be sought, as we seek to ensure the news is known to the immediate family first.

We follow the Hong Kong Journalists Association guidelines on reporting on suicide. We should avoid excessive detail about the method used in suicide, and should avoid publishing before official confirmation of the suicide, oversimplifying or speculating on the reason behind it, sensationalising details in the headline or story, overemphasising the problem of suicide as an “epidemic,” or prominently placing stories related to a suicide death on HKFP platforms. We should obtain quotes from a mental health expert for an extended article about suicide. At the bottom of any story involving suicide, we should include a link to a website or hotline which supports people at risk. We should not say a person “committed suicide,” which is a dated reference to when suicide was criminalised. We should instead state that a person “took their own life,” “killed themselves,” or “died by suicide.”

False or careless reporting on death can cause unnecessary distress and is damaging to HKFP’s reputation. Enquiries must be made with sensitivity and publication handled with care. We should not intrude into a grieving person’s privacy unless they indicate a desire to talk. We do not do “death knocks.”

We must not directly or indirectly identify sexual assault victims unless permission has been granted and we are legally able to do so. Reporters must consult editors if they believe there is reasonable justification to identify victims.

On stories relating to domestic violence, we will include links to a support website or hotline information.

Graphic imagery

We must consider carefully when and how we present graphic images or video. Editors must consider whether it adds to the understanding of a story, and should resist including something simply to appeal to morbid interest. We will usually pixelate or exclude instances of dismembered limbs, mutilated bodies, executions, or the moment of death. We must consider whether imagery may cause distress to viewers or the victim’s family or damage the dignity of those involved.

We must add a prominent warning for viewers if we choose to publish graphic content of a violent or sexual nature. Staff are encouraged to enquire about HKFP’s mental health options and read the Dart Center’s resources on handling graphic imagery.

Hate speech and incitement to violence

We must be careful when repeating offensive language such as hate speech, racial slurs, derogatory comments and incitements to violence unless there is genuine editorial reason to do so—for example, when it involves a public figure. We should put the comments into context and solicit reactions. We should warn our audience about the content of the speech. Such reports should be submitted to senior editors for approval.

We do not censor profane language, as we believe our readers are able to handle such words on the rare occasions when they are used in the context of news reporting.

HKFP email and phone

HKFP’s Code of Ethics was adopted by the team on March 11, 2020, to govern all future reporting practices. Our code is shared publicly in the interests of transparency. We wish to thank Agence-France Presse, who allowed us to use their guidelines as a basis for our own.

Interviews

We must explain the circumstances of the interview and lay out ground rules, such as speaking on the record, to those concerned from the outset. We should bear in mind that not all interviewees may understand the differences between different levels of attribution—thus, we should explain where necessary. (See also: Approval).

We should not mislead readers into thinking an interview was conducted face-to-face when it was done electronically. In order to avoid this, we should state how it was done—for example, by telephone, Skype, email or WhatsApp messenger.

Law and legal liability.

Breaking the law can be extremely damaging to our reputation and expose us to lengthy and expensive legal action.

We must respect the law and not resort to illicit means such as theft, hacking or electronic surveillance to obtain information. We can report on documents of questionable legal origin such as leaked classified material with the approval of editors, but we must take care so as to not open ourselves up to potential legal action.

We must respect the presumption of innocence—this means we avoid suggestions that an arrested or charged person is guilty. And for contempt of court reasons, we must avoid suggestions they are innocent. [See also: HKFP’s court reporting guides].

Staff should keep files, notes and correspondences relating to important stories for seven years.

Race, religion, sexual orientation, disability and identity

We do not mention someone's race, religion, sexual orientation or disability unless it is pertinent to the story. We do not mention a criminal suspect's ethnic background unless it is a relevant descriptor in identifying them. We can mention a person's nationality, age and profession. We can describe an individual's appearance as part of the story, however, avoid using stereotypes such as "sexy" or defamatory terms such as "ugly." A person whose gender identity differs from the sex they were assigned at birth is known as transgender. We respect a person's preferred pronouns if they indicate such a desire. We say sexual orientation, not preference. [See also: HKFP's Style Guide].

Rumours

In a time of fast-paced digital information sharing, we have a responsibility to avoid spreading rumours and should be diligent in attempting to authenticate information. When we cannot, we should state: "HKFP has been unable to independently verify the claim." We should be careful with our language, for example, "A bystander said he saw the arrest" instead of "A bystander saw the arrest."

We can report on stock market reactions to rumours but should try to verify with concerned parties—for example, checking a takeover bid with relevant companies. If we are unable to do so, we should highlight that the rumour is unverified. We should take steps to protect the identities of market sources who confirm rumours as they may be liable to regulatory or legal action whilst reporters are not, though we should approach their information with the appropriate scepticism.

Paid-for content

HKFP often works with carefully selected and relevant advertisers who wish to reach our audience or support our mission. Content which is paid-for must be clearly marked in the interests of transparency. We carry several types of partner content, including:

- Banners ads: Google-managed and HKFP-managed banner ads which run across each page of the website.
- Shopping referral links: Referral links to sites such as BookDepository.com may be embedded in articles and declared—HKFP receives a cut of any sales.
- Advertorials: Original advertorial content which has been reviewed by a paid advertiser or donor is marked as "sponsored" in multiple places.

- Partnerships: Content in which HKFP has worked with a paid advertiser or donor, but has complete editorial independence, without review, is marked as a “partnership.”
- Media partnerships: HKFP helps to promote key media/artistic/charitable events which are of interest to staff/readers or we wish to support. Paid listings will be marked as “sponsored.”

Quotes

We do not alter quotes or manipulate their meaning. We must not cherry-pick or split up quotes in a way that misrepresents or decontextualises the speaker’s comments. We never submit quotes for vetting but we can contact a person to clarify any factual points or unclear comments. We should quote verbatim and indicate when a speaker has misspoken. We should correct grammatical mistakes or speech errors by paraphrasing, partial quotes, square brackets or ellipses in moderation.

We must take care while translating in order to convey the speaker’s meaning and tone. We cannot use interpretative flexibility to justify clumsy or inaccurate translation. If a speaker has omitted a word or made an error, we should reflect this in our translation using the above methods. If there is any room for doubt, such as gender pronouns, we should try to clarify the quote, write around it or omit it entirely. If there are doubts over a translation, staff should consult the team as a whole.

Science breakthroughs

We must take care to not hype scientific or medical “breakthrough” announcements from pharmaceutical companies or researches as this may give false hope to audiences and rarely have an immediate impact on the condition concerned.

Sources

We must be transparent with our sources of information and credit authors when we use their material. Press releases, government handouts, pool feeds and local media reports should be clearly identified as such. [See also: HKFP’s 20 Principles of Sourcing].

Subterfuge

We do not conceal or misrepresent our identities unless failing to do so threatens our personal safety. If a reporter believes there is a justified reason for them to go undercover, they must consult editors. We should not record or film people with hidden equipment without their knowledge in a private setting unless we believe it is overwhelmingly in the public interest.

Terrorism and mass shootings

We can identify the suspects or perpetrators of mass shootings or acts of terror but we should not give them a platform, publish “manifestos” or give elongated biographies, as such

publicity may encourage further atrocities. We use the Guardian’s definition of “terrorism” as acts directed against victims chosen either randomly or as symbols of what is being opposed. We must take care not to glorify or give undue prominence to murderers or other violent criminals, and ensure that appropriate coverage is given to their victims as well

Personal conduct:

Conflicts of interest

HKFP journalists must declare any conflict of interest that may influence their work to editors and, when necessary, excuse themselves from relevant reporting. This extends to covering family members or anyone with whom they have a close personal relationship.

Freelance work

HKFP journalists must seek permission from management before engaging in a freelance assignment. They must not accept work that affects their availability to work for HKFP, that threatens to damage our reputation or conflicts with our ethical standards. The assignment must not be for an HKFP competitor.

Hospitality

We must not accept hospitality, gifts or other benefits from sources or contacts—except for items of minimal value in unavoidable circumstances—as this may undermine our reputation for impartiality.

HKFP reporters must never use their position for their own private benefit or that of others. We must not benefit financially from information obtained nor pass on information for financial gain. Occasional drinks and meals are an acceptable part of our profession but we should try to invite rather than be invited. We do not pay sources for information but, depending on the circumstances, we may offer HKFP souvenirs as a thank you.

Any items loaned to reporters for review or test purposes should be declared to editors and returned within 72 hours—long term or indefinite loans are not allowed. HKFP reporters may accept complimentary books, tickets or invitations to events or meals if they relate to coverage of a particular story, their work as a journalist (for example, conference invitations) or are networking opportunities (for example, consular events.) When in doubt, consult an editor.

Impartiality

HKFP’s reputation for impartiality rests upon the fair treatment of our sources and the professional reputations of our journalists. Staff should avoid conflicts of interest and the appearance of such conflicts. Our team should avoid activism or attending protests in a personal capacity, expressing support for an election candidate or party, or openly advocating

a viewpoint that could bring HKFP's impartiality into question. [See also: Freelance work; Conflicts of Interest; and HKFP's social media policy.]

Public speaking and media interviews

HKFP journalists who agree to speak to other news media or at events which require public speaking should adhere to the company's rules of impartiality and fairness. We should research the reputation of a media outlet before accepting interview requests and avoid situations where our words could be taken out of context or used for propaganda. We must assume everything is on the record and must not let our guard down. Our journalists should not scoop themselves by providing exclusive or breaking news information that we are already set to cover on HKFP. We should be careful in giving opinions that might raise concerns about our impartiality—such as declaring support for candidates, or publicly indicating who you wish to vote for—and avoid speculation by providing analysis and facts. We must avoid defamatory or contentious statements that could damage HKFP's reputation. We must be prepared to deal with loaded questions and not disclose confidential information about the company.

Plagiarism

We do not plagiarise and must be transparent in identifying our sources of information, whether in text, images or other multimedia. We must clearly identify and credit external material from others including interview pick-ups and media reports. We must not violate copyright and use non-authorised material from third-parties. HKFP journalists face disciplinary action for instances of plagiarism or patchwriting.

Safety and security

The safety, security and mental health of our staff are of utmost importance. Staff should follow HKFP's internal security and safety guidelines, including those on protest safety and reporting during a virus outbreak. Staff may enquire about HKFP's health coverage and mental health options.

Social media use

HKFP staff should adhere to the company's social media policy and the newspaper's principles of impartiality.

Funding and assets:

- HKFP will publish details of its income and outgoings in an Annual Report and Transparency Report.
- Those who donate money or gear to HKFP can expect their contribution to remain confidential unless they agree to publicity. Their personal details will be stored securely.

- HKFP will refuse any donations from any contributor who seeks to interfere in our editorial independence or output. We are also committed to refusing donations from any government.
- We will only ever accept a donation of money or gear from a grant-making body or institution if they agree in writing never to interfere in our editorial independence or output.
- Should HKFP Ltd. be dissolved, its assets will be donated to a newsroom of a similar size and mission.



Annual Report



Page 2: Message from the Editor-in-Chief

Page 3: Our Mission & Impact

Page 4-6: The Best of HKFP 2018

Page 7: 2018 Achievements

Page 8: Free Expression Week & Survey

Page 9: Placement & Partnerships

Page 10: Staff & Structure

Page 11-12: Transparency Report

Page 14: Press Freedom Update

Page 15: How to Support HKFP

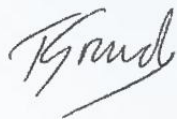
Hong Kong's decision to oust a foreign journalist after he hosted a talk with a pro-independence activist prompted international condemnation and sent shockwaves across the local media industry last year. [Some](#) called Victor Mallet's expulsion the "death of Hong Kong," as staff at Hong Kong's 80-odd foreign media organisations had to suddenly navigate grey areas and vague "red lines."

But press freedom was not the only existential threat facing the media in 2018. HKFP broke the widely-cited [Mallet story](#), yet online Google ads running on our scoop earned us less than HK\$1 in income. This underscores how broken ad-driven revenue models are and - coupled with reports of commercial [boycotts](#) - justifies our reader-backed, ground-up approach to sustainability.

HKFP was able to invest in exclusive and original reporting last year thanks to the unique generosity of our supporters. As Hong Kong's first crowd-funded media outlet, we have now published over 13,000 articles, free of interference from any media mogul, investor, shareholder or Chinese conglomerate. During our fundraiser last March, over 850 people donated an average of HK\$1,000, whilst journalism veterans, writers, developers and local firms offered advice, resources and pro-bono support. By November, we were able to bring our backers together for a sell-out, community event - [Free Expression Week](#) - which we hope will act as an annual barometer on the state of civil liberties locally.

Four years in, we have demonstrated that HKFP is a newspaper powered not only by donations, but through the grassroots support of a community and the city's famously dogged "Lion Rock" spirit. As we enter 2019, Chinese state media outlets are set to [expand](#) heavily and Hong Kong is mulling a [National Anthem law](#) many fear will stifle free speech. With the legislature neutered and Hongkongers lacking a voice at the ballot box, an independent media has never been so vital.

We would like to thank our supporters for backing us over the past 12 months, and invite you to review our team's work, as we gear up for another year of frontline reporting.



Tom Grundy,
Editor-In-Chief/Co-director,
Hong Kong Free Press.



hongkongfp.com

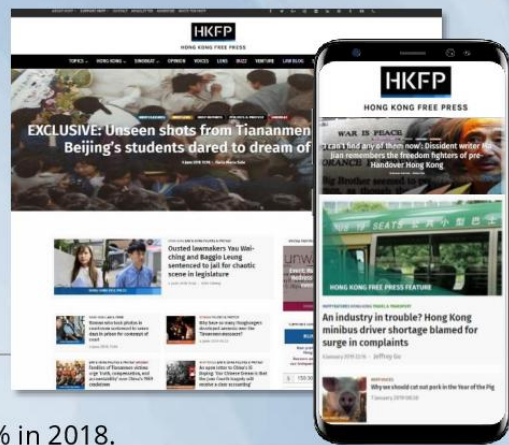
Tel: +852 9447-3443. info@hongkongfp.com

Hong Kong Free Press, The Hive Spring,
3/F Remex Centre, 42 Wong Chuk Hang Road, Aberdeen, Hong Kong Island.

Our Mission & Impact

Our mission: We aim to be the most independent and credible English-language news source in Greater China. We seek to amplify the voices of the voiceless, not the powerful. And our platform will act as a monitor should Hong Kong's core values and freedoms be threatened. The HKFP team is fully committed to reporting the facts, without fear, favour or interference.

- HKFP has served up over **33.8 million pageviews** since June 2015.
- We now reach over **84,600** Facebook fans & **95,000** Twitter followers.
- **No.2 on social media** among all local English-language news outlets.
- Our team have published over **13,000** news and comment pieces in **under four years**, hosting writing from **300 authors and organisations**.
- We are reaching **thousands** of readers through our newsletter, apps, LinkedIn, YouTube, Instagram, G+, Telegram and other channels.
- In 2018 alone, HKFP raised over **HK\$2m** to fund our operations and safeguard our independence.



95,000 **Twitter** followers – ☒ up 16% in 2018.
25,600 tweets. 34.5 million tweet impressions in 2017.



84,600 **Facebook** fans – ☒ up 10% in 2018. Widest reach in Hong Kong, followed by the US and UK.



2,700 **YouTube** subscribers – ☒ up 50% in 2018. 669 videos. 2.7 million views.

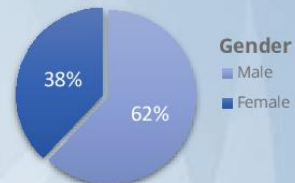


3,980 **newsletter** subscribers – ☒ up 25% in 2018.

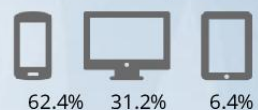


2,500 **Instagram** followers

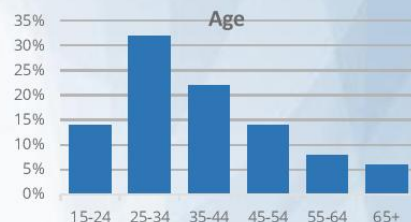
Website stats since 2015:



Mobile Desktop Tablet



- **76%** of HKFP readers use English as a first language. Most readers are aged between **25-34**, followed by **35-44**.
- **62%** of readers are male; **38%** are female.
- **54%** are Hong Kong-based, **13%** are **US-based**.
- According to our 2018 Reader Survey, **27%** of HKFP readers have a university-level qualification, **48%** have postgraduate or professional degrees, and **8.5%** have a PhD.



3

The Best of HKFP 2018

After refocusing on original features in 2017, we slowed our daily coverage in 2018 to carry more scoops and exclusives. This restructuring culminated in HKFP breaking one of the biggest stories of the year: Hong Kong's [ousting of a Financial Times journalist](#). Throughout 2018, we also gave leading coverage to the [banning of a pro-independence party](#), as well as the opening of the controversial [Macau mega-bridge](#) and [China Express Rail Link](#). We covered the city's [biggest-ever storm](#), rising [censorship](#), the [2018 budget](#), the [Tiananmen Massacre](#) anniversary and reported through-the-night on two legislative [by-elections](#).



Exclusive Features: HKFP examined the challenges facing [social workers](#), learnt about [how a local ministry](#) served over 600 asylum seekers, and looked into [Soho's historic past](#) as a working-class neighbourhood. We reported on the "[begpacker](#)" phenomenon, the [grassroots activists filling the elderly care gap](#), the residents fighting [corruption at local housing estates](#) and the struggles of [an activist bookstore](#). We published features on recruitment issues and [challenges in the media industry](#), the return of [Hong Kong's controversial anti-subversion law](#), a domestic worker [who became a protest photographer](#). We also linked stories of today's refugees with those of [Vietnamese boat people](#) in the 70s.



Also in 2018, HKFP looked at local community concerns over the fate of [Shep Kip Mei's markets](#), [gentrification](#) in Western district and [noise pollution](#) in Mong Kok. We asked whether promises were being kept over the environmental [issues at Aberdeen harbour](#) and investigated the theft of [trees on Lamma Island](#).

Our team also spoke to a labour dispute [watchdog news website run by volunteers](#), and reported on the [battle for a waterfront park](#), the increase in the use of a [draconian law governing computer use](#), suspicious [fires in the wetlands](#), a [board game about police corruption](#), dog shelters [fighting for survival](#), war relics [uncovered in a country park](#), the challenges [facing the city's wheelchair users](#) and the Taiwan [walking tours fighting stereotypes](#).

The Best of HKFP 2018

China: Despite lacking access, we also published China-related features about [the Communist Party's treatment of western firms](#), its crackdown on [dissident and rights websites](#), elderly care [and the erosion of filial piety](#), anti-Japanese [movie dramas](#), human [rights lawyer Lin Qilei](#), as well as Beijing's [tightening grip on new media](#) and the human rights crisis in [Xinjiang](#).



Exclusive Interviews: In 2018, we carried exclusive interviews with activist [Joshua Wong](#), ousted lawmaker [Lau Siu-lai](#) ahead of her failed election bid, a [localist photographer](#), pro-independence advocate [Baggio Leung](#), a retired [government planner](#), the [aide of ex-lawmaker](#) Yau Wai-ching and the director of an Umbrella Movement movie [Evans Chan](#). In November, we published an in-depth interview with controversial [Chinese author Ma Jian](#), after an art space tried to cancel his book launch. As part of Free Expression Week, we spoke one-on-one with Russian activist punk group [Pussy Riot](#), dissident Chinese artist [Badiucao](#) and local political artist [Sampson Wong](#).



HKFP interviewed its [first pro-Beijing lawmaker – Eunice Yung](#) last May and former official [Christine Loh](#) in December. We also [interviewed Cardinal Zen](#) – an outspoken critic of China's Vatican deal, and pro-democracy [rights lawyer Chris Ng](#). Our interview with [pro-democracy law scholar Benny Tai](#) [received critical acclaim](#). And before she was banned from running, we spoke to [pro-democracy election hopeful Agnes Chow](#). The team also interviewed [historian Vivian Kong](#), [writer/performer Gabby So](#), and [veteran pro-democracy activist Yip Po-lam](#).

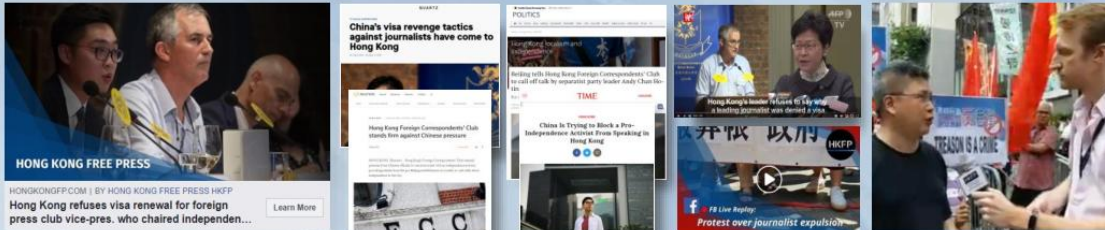
LGBTQ & Gender: HKFP published over 100 pieces on the [fight for LGBT+ equality](#) in 2018. We investigated [sexual harassment claims at a church group](#) and our earlier reports into sexual misconduct allegations against the LA Times Beijing bureau chief led to his [resignation](#). Our team looked into how the authorities are struggling to contain new, [online spaces for sexual harassment](#) and conducted an investigation into homophobic policies at [Hong Kong's private clubs](#) and [universities](#). We revisited cases of violence against [domestic workers](#) and profiled the [female weightlifters](#) breaking boundaries as well as non-binary trans activist [Vincy Chan](#).



5

The Best of HKFP 2018

Special Features & Scoops: HKFP broke one of the biggest stories of the year, revealing [Beijing's effort to cancel a Foreign Correspondents' Club](#) talk by a pro-independence advocate. We then revealed how the authorities refused to renew the work visa of [Financial Times Asia chief Victor Mallet](#), who hosted the event as the club's vice-president. Mallet was subsequently barred from Hong Kong, prompting protests, months-long reverberations in local politics, and wide international news coverage.



We were the first to report that a Chinese [state media journalist](#) had been charged in the UK with assault, we showed how a [Swiss airline](#) succumbed to pressure from Beijing, and reported that China had asked [local consulates](#) to change their official names and [inform them about elections](#).



We broke news about a Hong Kong [activist fleeing to Taiwan](#), and the local authorities [rejecting a protest application](#). HKFP also published an exclusive, [two-part series of unseen Tiananmen Square protest photos from 1989](#). Columns by writer [Kong Tsung-gan](#) were cited in UK parliament, and we carried an op-ed from ex-governor [Chris Patten](#). Our team also published three exclusive stories based on British declassified files involving the [Court of Final Appeal](#), the [construction of the airport](#), and the career of [democrat Martin Lee](#).



Exclusive Mini-documentaries: In collaboration with the University of Hong Kong's journalism department, we published video documentaries on Kin-ball's [fight for recognition as a sport](#), a [quadcopter retrieval team](#), a [domestic worker who turned to sex work](#), tensions [on campus between local and mainland students](#) and [aerial bamboo yoga](#). Over Christmas, we published a series of 14 "Hong Kong Humans" clips with HKU on topics as wide-ranging as sports, human rights, religion, art and death.

2018 Achievements

- This year, we carried over 220 [HKFP Opinion](#) pieces, showcasing much-needed commentary missing elsewhere in English. We featured analysis from renowned writers such as **Steve Vines**, **Suzanne Pepper**, **Kong Tsung-gan**, **Ilaria Maria Sala**, **Tim Hamlett**, **Yuen Chan**, **Jason Y. Ng**, **Kent Ewing**, **Sai Pradhan**, **David Bandurski** and **Evan Fowler**.



- We conducted all **fundraising independently** in 2018, using our own donation software instead of third-party crowdfunding sites. The move saved us thousands in admin fees.



- Reporters Without Borders** upgraded Hong Kong's press freedom ranking in May, stating that Hong Kong Free Press is part of an "organised resistance to Beijing's meddling." We were invited to Seoul to help launch the report, with RSF hailing us as a model for the region in a June blog post.

REPORTERS WITHOUT BORDERS
FOR FREEDOM OF INFORMATION

- A number of **website fixes** were rolled out to improve our uptime and site speed. Dozens of bugs, CSS design issues and load-bearing issues were resolved.
- In June, we rolled out staff **healthcare** and dental care, as well as three months **maternity/paternity** leave.
- Also in June, our editor-in-chief shared the story of HKFP and the importance of press freedom at **TEDx Wanchai**. He also spoke at three local universities and attended the **East-West Center media conference** in Singapore.
- We openly advocated for **LGBTQ and gender equality**, sponsoring **Pride 2018**. In September, partnered with **No Air-Con Night** to promote green habits, and we supported the annual **Human Rights Art Prize** in December in conjunction with **Justice Centre**.



- In November, we linked with **RTHK** and **PEN Hong Kong** to run a short story-writing competition, **Top Story 2018**.



- In early 2018, HKFP moved its operations to a new branch of **The Hive** in Wong Chuk Hang, placing the news team minutes from the legislature and government HQ.

- Staff appeared on ABC Australia, BBC World (TV & radio), RTHK, Deutsche Welle and Sky News among others.



Free Expression Week 2018



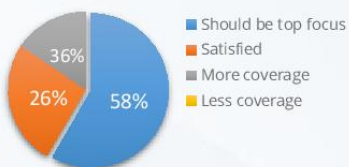
- The centrepiece art exhibition by cartoonist Badiucac was cancelled owing to threats (see page 13). However, the series of events will be expanded in 2019 to act as an annual barometer of free expression in the city.

- Our [series of events on free expression](#) since the Umbrella Movement was well received in November, with four sell-out film-showings and panels.
- HKFP linked up with NGOs Amnesty International, WMA Film, Planet Ally and Reporters Without Borders (RSF).
- We premiered *Umbrella Diaries: The First Umbrella* and showed *Last Exit to Kai Tak* and *A Day in Transition*. Panel guests included activist Joshua Wong, Russian feminist punk collective Pussy Riot, artist Sampson Wong, Amnesty's Patrick Poon RSF's Cédric Alviani.



HKFP received 234 responses to our 2018 Reader Survey.

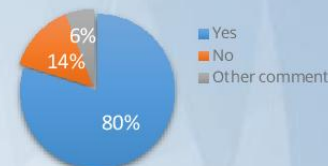
How much local, Hong Kong coverage do you expect over national or international coverage?



How should HKFP best manage its limited resources in terms of our content?



Does HKFP do enough to explain the news?



HKFP aims to be as objective as possible. Where do you place the tone of our coverage on a spectrum of pro-Beijing (1) to pro-democracy (10)?



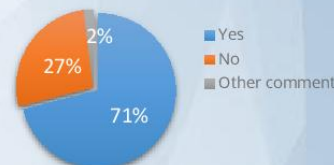
58% of Reader Survey respondents were HKFP donors.

How should HKFP be funded?

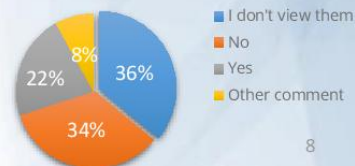


Reader Survey

Did you know about HKFP's fundraisers?



Should HKFP take a tougher stance in moderating Facebook comments?



Placement & Partnerships

Hong Kong's 2018 media landscape:

Independent English-language news:



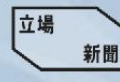
港Harbour
報Times

English-language traditional news (digital/print):

South China Morning Post



Chinese-language news (digital):



Chinese-language traditional news (print):



A wide impact beyond Hong Kong: HKFP has been cited by numerous int'l outlets.



In 2018 alone, our work was cited by: the Guardian, Business Insider, The Times, The Washington Post, BBC, The News Lens, Apple Daily, Ming Pao, China Digital Times, Coconuts and others. We were also cited across Wikipedia and in local/international gov't and NGO reports.

Advertising and media partnerships are a growing part of HKFP's income. Our partners have included:



HKFP's 2019 Priorities



- HKFP will continue to focus on growing our number of **HKFP Patrons** - monthly donors - in order to become more sustainable. We are aiming for 500 Patrons.
- We will launch a new range of **mobile apps**, which will be more functional and accessible.
- We will further **diversify our pool of contributors** and launch a **code of ethics** to improve our accountability.
- In November, we will host a second, expanded **Free Expression Week**.
- Following our 2019 funding drive, we will further invest in **original reporting and features, scoops and exclusives**.

Staff & Structure

Hong Kong Free Press is structured as a not-for-profit company, limited by guarantee, not shares. HKFP does not answer to any business tycoon, mainland Chinese conglomerate or media mogul. We are run by journalists, and are answerable only to ourselves and our readers.



The 2019 HKFP team includes:



Editor-in-Chief Tom Grundy is a British multimedia journalist based in Hong Kong for 13 years. He has a BA in Communications & New Media from Leeds University and an MA in Journalism from the University of Hong Kong. He has contributed to BBC World TV/radio, Quartz, Global Post, Sky News and others. He previously founded the popular culture platform, hongwrong.com and a campaign for domestic workers.



Editorial Director Kris Cheng is a Hong Kong journalist with an interest in local politics. His work has been featured in Washington Post, Public Radio International, Hong Kong Economic Times and others. He has a BSSc in Sociology from the Chinese University of Hong Kong. At HKFP, Kris guides the team's daily Hong Kong political coverage.



Senior Reporter Holmes Chan covers local news with a focus on law, politics and social movements. He provides on-the-ground, daily reporting for HKFP at the legislature, courts, protests and community events. He graduated from the University of Hong Kong with a degree in law and literature.



Reporter Jennifer Creery is a Hong Kong-born British journalist specialising in writing long-form features on civil society, minority rights and urban planning for HKFP. She holds a BA in English from King's College London and has studied Mandarin at National Taiwan University in Taipei, where she previously worked as a journalist.



Tim Hamlett has been HKFP's weekly guest editor since 2015. He came to Hong Kong in 1980 to work for the Hong Kong Standard and has contributed to, or worked for, most of Hong Kong's English-language media outlets. In 1988, he became a full-time journalism teacher.

Hong Kong Free Press would not be possible without the support and assistance of our countless tech, accounting and editorial volunteers, and The Hive.

10

Transparency Report

We are proud to be Hong Kong's **most transparent** news outlet and, as a non-profit company, HKFP is **externally audited** every year. Our income for the period between 1/1/2017 and 31/12/2017 was as follows:

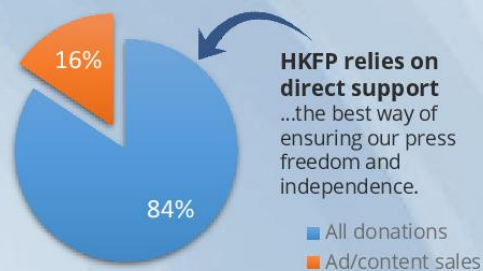
Income	2016	2017
All donations	HK\$1,063,125	HK\$1,769,760
Ad/content sales	HK\$92,276	HK\$328,759
Events	HK\$8,352	HK\$0
Bank interest	HK\$12	HK\$1
Total:	HK\$1,163,765	HK\$2,098,520

Our 2017 revenue streams:

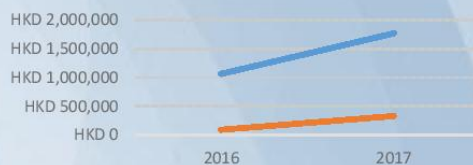
All donations: includes one-off and monthly Patron contributions by cheque, cash, transfer, PayPal and debit/credit card, as well as profit from merch sales.



Ad/content sales: includes income from Google/YouTube display ads [HK\$3-9k/month]; directly purchased rate card ads; and content sales [from media outlets, institutions and Dow Jones Factiva re-syndication].



HKFP relies on direct support
...the best way of ensuring our press freedom and independence.

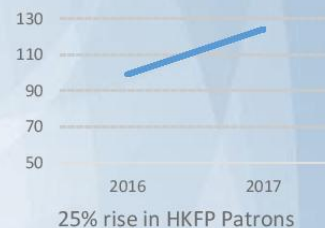


HKFP Patrons: HKFP is shifting towards a membership model. A monthly income from Patrons helps support our team and operations sustainably. As of the end of 2018:

- **72 credit/debit card** donors donate HK\$14,858 per month, before fees (average HK\$206/month).
- **52 PayPal** donors donate HK\$11,690 per month, before fees (average HK\$225/month).
- We receive at least HK\$6,000 per month from donors who contribute regularly via **cheque/transfer**.
- In total, we have a membership income of at least **HK\$32,562/month from at least 124 Patrons** – up from 99 contributing HK\$19,767/month in 2017. Donors are overwhelmingly from Hong Kong, though we also have backers in the US, UK, Australia and China.
- Patrons are given priority and/or free entry to HKFP events, merchandise and a hard copy of our Annual Report. We aim to reach 500 patrons between 2019-2020.

HK\$1,000

Average 2018 Fundraiser donation.



25% rise in HKFP Patrons

HK\$214

Average online monthly donation.

124

No. of HKFP Patrons in Dec 2018.

Transparency Report

Our expenditure for our latest audited year - 1/1/2017 to 31/12/2017 - was as follows:

Expenditure	2016	2017
Staff payroll	HK\$1,035,523	HK\$1,340,230
Mandatory Provident Fund (pensions)	HK\$50,942	HK\$66,180
Website, newswire text/photo, software	HK\$33,083	HK\$58,693
Office, sundry & recruitment/training	HK\$25,801	HK\$57,565
Meals/drinks for volunteers & staff	HK\$25,531	HK\$17,106
Legal, professional, registration, audit fees	HK\$10,845	HK\$45,231
Travel & Insurance	HK\$8,267	HK\$8,169
Stationery/merch, printing	HK\$17,124	HK\$686
Bank charges	HK\$2,218	HK\$1,170
Freelancer payments & gear	HK\$0	HK\$34,090
Tax	HK\$0	HK\$13,343
Advertising	HK\$0	HK\$10,261
Total:	HK\$1,209,334	HK\$1,652,724



Our balance as of the end of the 2017:

2015 total surplus:	HK\$91,654
2016 total deficit:	-HK\$45,569
2017 total surplus:	HK\$445,796

As a non-profit, with no shareholders or investors, HKFP's surplus was recycled back into the company in 2018.

81% of all spending goes directly towards supporting our hard-working 24/7 news team.

- HKFP is run as efficiently and prudently as possible, in order to **maximise** the impact of our donors' generosity. We make savings by partnering with other media outlets, using free software wherever possible and making full use of teamwork and automation to save on labour costs.

- During 2017, we employed 4-6 full-time staff members, including a summer intern.



New revenue streams for 2018 include Book Depository shopping link referrals and coin donation via Coin Dragon machines. We also accept Bitcoin and Flattr microdonations.

12

Press Freedom Update

A summary of major press freedom incidents in Hong Kong during 2018:

February

- The International Federation of Journalists reports on "[unprecedented hardship](#)" for Hong Kong's media industry.

March

- A trade union [slams public broadcaster RTHK's](#) move to pause Facebook updates after complaints from a pro-Beijing website.

April

- A poll shows that Hongkongers believe press freedom has dropped to its [lowest point](#) yet.
- Chief Exec. Carrie Lam says that the legality of media covering pro-independence comments "will [depend on the situation and law](#)."
- Press freedom NGO Reporters Without Borders [upgrades Hong Kong's press freedom rating](#), citing "organised resistance."

May

- A local journalist is [injured and taken away by police](#) while reporting on a rights lawyers' hearing in Beijing. Justice Sec. Teresa Cheng claims the assault was "[strange](#)," but fails to condemn it.

June

- A Reuters Institute study [flags the impact of Chinese money](#) on the independence of Hong Kong media.
- HKFP examines why young journalists in Hong Kong are [ditching the media industry](#), citing high pressure, long hours and low pay.
- A Chinese forum attended by ex-Hong Kong Leung Chun-ying seeks to [censor local media](#).

July

- The staff association of local paper Ming Pao condemns the [results of an internal police probe](#) after its reporter was allegedly assaulted during the 2016 Mong Kok unrest.
- Chief Exec. Carrie Lam says that answering questions in English during a press stand-up is [a waste of time](#).
- Broadcaster Metro Radio evacuates its office [after staff receive white powder in an envelope](#). A [woman is arrested](#).
- The Hong Kong Journalists Association says that the national security focus and the "[China factor](#)" is [hurting the city's free press](#).

August

- Ex-Hong Kong chief Leung Chun-ying [hits out at the Foreign Correspondents' Club](#) for hosting a talk by independence activist Andy Chan.
- RTHK [bans staff from live-streaming](#) Chan's speech as the Hong Kong Journalists Association [expresses "extreme regret"](#).

- "Suspected malware" [shuts down the Foreign Correspondents' Club's website](#).
- Ex-Hong Kong leader Leung Chun-ying [sends legal letters](#) demanding news website Stand News retract a "defamatory" article.

October

- Hong Kong [rejects a visa renewal](#) for the Foreign Correspondents' Club's vice-president Victor Mallet, who chaired Andy Chan's talk. Democrat Claudia Mo calls it a "[vindictive act](#)."
- The club [criticises the "rare and extraordinary" bid](#) to expel Mallet as the Journalists Association [demands answers](#).
- Mallet is [questioned at the airport](#) and given a week to leave Hong Kong. International [pressure mounts](#) as Chief Exec. Carrie Lam [refuses to explain](#). His employer, the Financial Times, says it will [appeal](#).
- Democrats are [kicked out of the legislative chamber](#) amid press freedom protests.
- Hong Kong media boss Siu Sai-wo says he "[did not misquote](#)" Beijing's propaganda chief as saying that Hong Kong news outlets should not become bases for interference in China.

November

- Exiled Chinese writer Ma Jian says that Hong Kong publishers are "[too afraid to bring out](#)" a Chinese version of his new novel.
- Hong Kong art space Tai Kwun [backtracks on its decision](#) to cancel Ma's book talk after an international outcry over censorship.
- Victor Mallet is [banned from entering](#) Hong Kong, as the Foreign Correspondents' Club says his expulsion is a "[threat to free society](#)."

December

- News outlet [HK01 hits back](#) after the Hong Kong Journalists Association questions its Taiwan independence editorial "disclaimer."

Incidents at HKFP:

- In 2018, three sets of [threatening letters](#) were sent to HKFP staff and their families. Police are continuing to investigate.
- In November, HKFP's "Gongle" art opening by [dissident cartoonist Badiucuo](#) was cancelled after the artist was threatened.
- Also in November, local media reported on an orchestrated [advertising boycott](#) targeting HKFP.



13

Support HKFP into 2019

Donate by cheque

Our preferred donation method is by cheque or transfer as this saves us on fees. Cheques may be made payable to Hong Kong Free Press Limited and posted – along with your name and address to: *HKFP, The Hive Spring, 3/f Remex Centre, 42 Wong Chuk Hang Road, Aberdeen, Hong Kong Island, Hong Kong.*



Donate online by Stripe or PayPal

One-off or monthly donations can be made with your Visa, Mastercard, American Express or AliPay accounts via Stripe on our website: bit.ly/supporthkfp.

Or make a one-off donation online at paypal.me/hongkongfp. Mastercard, Visa, Maestro, UnionPay are accepted.

Make a direct transfer to our HSBC account

For setting up one-off, or regular, bank transfers, please email a screenshot or phone photo of the receipt/form to donations@hongkongfp.com, after you have made arrangements so we may show a paper-trail for our internal accountancy records.

Our HSBC account details:

- Account name: Hong Kong Free Press Limited. Account number: 817887532-838.
- Bank name: HSBC Hong Kong. Bank address: 1 Queen's Road Central, Hong Kong.
- Bank code: 004. Branch number: 817. SWIFT address: HSBCHKHCHK.

Faster Payment Service: business@hongkongfp.com or Tel: 9447-3443.

Advertise with us

Support us and promote your business or cause at the same time. Request our rate card and consider our affordable range of digital marketing solutions: business@hongkongfp.com

Donate gear or sponsor our operations

We welcome donations of new computer or audio-visual equipment. We also welcome sponsorship of our ongoing operational costs – please get in touch if you can support us.

Spread the word

Help us grow – invite friends to follow us on social media. We can be found on Facebook, Twitter, Tumblr, LinkedIn, YouTube, Google+, Pushbullet, Flipboard, News360, Psiphon, Instagram, Apple News, on Telegram @hongkongfp (Channel) and @hkfp_bot (Bot) and through our Android, iOS and Windows apps.

Donate Bitcoin

Help us eliminate processing fees or make a fully anonymous contribution by donating Bitcoin via Bitpay.

Donate spare coins

Hoarding a jar of coins? Donate spare change at [Coin Dragon machines](#).

Shop at Book Depository

Shop at the Book Depository with [this link](#) – HKFP will receive a small commission.

Buy HKFP merchandise

Show your support for press freedom with our range of [HKFP merchandise](#).

'Tip' us with a micro-donation

You can 'tip' Hong Kong Free Press with a micro-donation via [Flattr](#).



ANEXO C



APÊNDICE 1

Transcrição da entrevista a Tom Grundy, director e fundador do *Hong Kong Free Press*

Devido à pressão dos acontecimentos, nas ruas de Hong Kong e à escassez da equipa editorial do *HKFP*, por solicitação do entrevistado, o roteiro das perguntas e as respostas foram trocadas, via rede social *Whatsapp*. As duas últimas questões foram enviadas e respondidas em fase superveniente à declaração de pandemia pública global pela Organização Mundial de Saúde.

1 – Porquê esta designação - *Hong Kong Free Press*?

R: Muito, simplesmente, deve-se ao facto sermos uma imprensa livre mas também, com o bónus, de termos acesso gratuito e sem interferências. Sobretudo, importa sublinhar que somos livres, em termos de propriedade, e totalmente independentes.

2 – Qual a relação entre o projecto *HKFP*, enquanto plataforma independente de notícias, e o movimento democrático que surgiu, em 2014, com o *Occupy Central* ?

R: Claro que não temos nada a ver com o movimento pró-democracia, ou com o *Occupy Central*, porque somos imparciais. Procuramos ser equilibrados, não tomamos partidos. No nosso website, podem encontrar histórias que são inconvenientes tanto para o Governo como para a oposição e os manifestantes. Preocupamo-nos com os factos. Mas é verdade que somos o resultado, saímos do gás lacrimogénico do Movimento dos Guarda Chuvas, de 2014, como resposta às preocupações na cidade em relação ao estado da liberdade de imprensa. Estamos entre os vários títulos de media digital que floriram, nessa altura. Na altura, a paisagem era dominada pela imprensa em papel, com muito pouca diversidade, especialmente, do lado em língua inglesa. E havia muita inquietação no que toca à propriedade. Eram títulos, principalmente, propriedade do Partido Comunista Chinês, ou de gente ligada a empresários com interesses, na China, ou, então, por conglomerados como a Alibaba. Por isso, queríamos fazer alguma coisa diferente - dirigido por jornalistas, apoiado por leitores e imune, tanto quanto possível, a essas preocupações ligadas à falta de liberdade de imprensa. Muitas dessas inquietações têm sido apontados por organizações não governamentais e outros observatórios, ataques a jornalistas, boicotes comerciais, todas essas perplexidades em relação à propriedade dos meios. No ano passado, a expulsão do jornalista ocidental do *Financial Times* que moderou uma conferência com um defensor da independência e estas coisas têm sido um contínuum desde que nós arrancamos. Preparamo-nos para sinalizar qualquer tempestade em termos de liberdade de imprensa, todo o dinheiro que criamos é reinvestido na [som imperceptível] companhia. Somos, de longe, o título mais transparente, em Hong Kong.

3 – Consideram-se, acima de tudo, um projecto político ou jornalístico?

R:. Somos um projecto de jornalistas. Não somos activistas, não somos sequer media alternativa. Somos mainstream no jornalismo que praticamos e até, mesmo muito, tradicionais. Seguimos os padrões éticos internacionais de jornalismo. Colocamos em prática o que aprendi enquanto estudante de mestrado em jornalismo, suponho, e que é, na maior tradição do jornalismo, falar a verdade perante o poder, ser a voz dos sem voz... enfim, todos estes bons princípios. Não estamos a fazer nada de especial, nesse sentido não somos inovadores. Pretendemos, apenas, que a verdade seja conhecida, reportar os factos, tal como são. Acho que estamos a fazer um bom trabalho na internet, em várias plataformas, a preencher esse fosso entre jornalismo chinês e inglês. Contar histórias que os outros não contam. Até somos muito tradicionais.

4 – Quais são os pontos fortes, e as fraquezas, do HKFP?

R: Acho até um milagre alguém estar a fazer isto. O sistema de financiamento média faliu. Sobreviver, por si só, é já um tremendo sucesso e, ao entrarmos no quarto ano, estamos a garantir sustentabilidade no que toca aos doadores mensais. Vamos acrescentar mais gente, em breve. Por isso, a rapidez, a qualidade, a dedicação da nossa equipa são óbvias forças mas há muita coisa que nos escapa porque somos uma equipa pequena. Adorava conseguir ter mais editores. Só há um editor e eu, e é difícil encontrar pessoal multiskilled e ter uma grande equipa. Só conto com um editor, mas vamos aos poucos. Num mundo ideal, com maior capacidade financeira, gostava de apostar em tecnologia e jornalismo na China. Mas, para já, estou muito orgulhoso por estarmos a ir aos poucos, por nos concentrarmos naquilo em que somos bons. Não temos muita oferta, em termos de vídeo, mas vamos devagar e vamos fazendo o que podemos.

5 – Que inovações destaca no HKFP?

R: Somos, deliberadamente, não inovadores. Queremos gastar o dinheiro de forma prudente e fazer jornalismo tradicional e pagar aos jornalistas. Mas isso não quer dizer que não sejamos experimentalistas. Acho que, talvez, a nossa mais recente experiência foi termos contactado um jornalista freelancer para produzir um vídeo 360 graus, na linha da frente dos protestos. Fez uma série de trabalhos com um capacete vídeo em que fica, literalmente, encharcado com aquela água de pigmento azul e consegue transmitir como é estar na primeira linha dos manifestações. Acho que ficamos conhecidos e com nome por causa dos nossos directos, da linha da frente, via *Facebook*, durante o Verão, e alguns dos jornalistas muito orgulhosos do trabalho que fizeram. Não conheço mais ninguém, na língua inglesa, que tenha feito essa cobertura. Acho que isso também se traduz no que está a acontecer com as audiências. Isto

porque segundo recentes estudos académicos, as pessoas estão-se a virar-se cada vez mais para os live streaming e as redes sociais. Em especial para o *Telegram*, creio que talvez pela rapidez mas também porque, em parte, existe aqui uma questão de confiança. Quando consegues ver o bruto, sem estar editado, do antes, durante, e depois dos acontecimentos, sem essa edição, consegues formar o teu ponto de vista e acho que é, por isso, que as pessoas estão cada vez mais interessados no *live streaming*.

6 – Depois de a tempestade passar acreditam que o sucesso do crowdfunding e dos apoios das comunidades continuarão, suficientemente, fortes para dar sustentabilidade ao projecto?

R: Não acho que esta agitação vá terminar. Depois do dia 1 de Outubro, mudei de ideias sobre isto. Acho que vamos entrar mais numa situação como na Irlanda do Norte, um conflito de baixa intensidade, actos de resistências, desobediência civil e alguma violência durante muitos anos. Para ser franco, é esta minha previsão embora também esteja cansado de estar enganado. Nós já brincámos por eu estar sempre enganado acerca de Hong Kong e da China! Por isso, não sei. Mas, mesmo, que as coisas venham mesmo a acalmar-se não estou demasiado preocupado acerca do apoio das pessoas. Acredito que se fizermos um bom trabalho, continuarmos com o nosso relatório anual, evidenciarmos os nossos melhores trabalhos, e nos mantivermos o mais transparentes possível no que toca ao financiamento, então os nossos leitores vão continuar a apoiar-nos. Eu sempre disse isto. Muita gente dizia que não íamos passar do nosso primeiro Natal. ‘Como é que podíamos estar sempre a recorrer ao poço do crowdfunding e pensar que as pessoas iam continuar a apoiar?’ A verdade é que continuaram e vão continuar. Eu estou muito agradecido aos nossos leitores, especialmente neste Verão difícil, que continuaram a estar lá para nos apoiar. A tendência parece ser a de que obtemos mais fundos à medida que o nosso trabalho tem cada vez mais impacto. Os nossos leitores apoiaram-nos e o nosso tráfego aumentou.

7 – De que modo um projecto apoiado no crowdfunding é compatível com a vossa meta de se tornarem um dos mais importantes órgãos informativos em inglês, em toda a China?

R: Acho que crowdfunding é sustentável mas através de um esquema de sócios e patronos mensais que nos oferece um módico de previsibilidade. Se vírmos o que Spotify fez na música, o Netflix no cinema e televisão, este tipo de modelo de subscrição, com ou sem paywalls, a tendência na indústria é recordar às pessoas que o jornalismo também custa dinheiro. A minha resposta é semelhante à anterior. Acho que as pessoas vão continuar a ajudar-nos. Este modelo pode não ser funcional em todo o mundo. Eu sei que, de acordo com

o relatório de jornalismo digital da Reuters Institute, os hongkongers estão entre os mais disponíveis, no mundo, para pagar por notícias. Temos sorte nisso e, de facto, a tendência é recebermos mais apoio quando se dão estes protestos políticos.

8 – Como pretendem tornar-se auto-suficientes?

R: 85 por cento das receitas provem do crowdfunding. Temos muitos outros métodos de recolha, sponser content, google ads, book depositary links. Nada disso é a fórmula mágica. A maior parte vem das receitas, das doações e dos contributos, mas acho que a formula será um mix de tudo isto. Este é o melhor método para proteger a liberdade de imprensa porque somos responsáveis por todos e perante ninguém, individualmente. Temos uma grande quantidade de dinheiro oriundo de muita gente, em vez de só de uns poucos. Não queremos grandes magnatas a encherem-nos de milhões. É bom que o valor médio da doação da nossa última campanha andes nos mil dólares de Hong Kong.

9 – De que modo preencheram o abismo entre as línguas chinesa e o inglesa? O modelo de conteúdos partilhados tem- se revelado, até agora, uma boa política?

R: Acho que somos bons em contornar esse problema. Todos os nossos trabalhadores falam as duas línguas. Usamos ferramentas como crowdtangle (<https://www.crowdtangle.com>), tweetdeck (<https://tweetdeck.twitter.com>), o sistema de comunicados de imprensa do Governo, as nossas fontes, os grupos *WhatsApp* e, depois, vamos para a rua à procura de notícias como os outros fazem. Ao princípio, estávamos mais preocupados na qualidade, em fazer features, e entrevistas. À medida que entramos no terceiro ano, concentramo-nos mais em reportagens, em exclusivos que só podiam ser lidos aqui.

10 – A um nível mais pessoal, você ou a sua equipa sentiram, de algum modo, repercussões negativas nas rotinas privadas do dia-a-dia articuladas com o facto de trabalharem para o HKFP?

R: Sofremos ciber-ataques, ameaças pelo correio, feitas por um individuo, que envolveu policia. Temos muito cuidado na cibersegurança. Mas são de esperar, embora o facto de trabalharmos em inglês nos torne mais imunes do que o que acontece com os chineses, onde há situações muito mais graves.

11 - Alguns autores referem que depois do movimento de 2014 existe uma esfera pública insurgente, em formação. Considera que o HKFP tem um papel neste fenómeno e, se sim, que papel seria esse?

R: Hong Kong tem uma tradição muito forte de empenho público, compromisso cívico muito forte, diferentes grupos se uniram, especialmente depois do movimento “Occupy”. Não se trata apenas de deputados e de eleitos para o Conselho Legislativo. Há grupos muito

diferentes que mostram solidariedade e exercem pressão. Acho que as pessoas reconhecem que, particularmente, com a censura no continente chinês, há uma necessidade, ainda maior, de uma voz livre e talvez, por isso, tenhamos obtido este grande apoio.

12 – Acredita que o HKFP, enquanto experiência, pode funcionar como um modelo exemplar de sustentabilidade económica, e de edição independente perante os sérios desafios que a imprensa livre enfrenta a nível global?

R: Acho que é um sistema que pode ser replicável. Nós temos uma bolsa da Google e vamos usar esse dinheiro para construir uma open source platform para outras redacções, no mundo, em particular, redacções independentes, para que possam construir as suas próprias plataformas de funcionamento muito semelhantes à nossa.

13 – De que modo a crise de coronavirus constituiu um desafio ao vosso modelo económico? Porque decidiram optar por um companhia de responsabilidade limitada?

R: “Nós, em Hong Kong, não podemos ser uma empresa caritativos, a diferença é que somos limitados por garantia e isso concede-nos um estatuto de organização não lucrativa que nos obriga a reinvestir, sempre, na empresa. Na prática, actuamos como entidade caritativa. Se fosse, nos Estados Unidos, isso permitia-nos estar isentos de imposto porque a nossa prática é tão transparente e ética como qualquer organização caritativa. Somos o equivalente a uma empresa caritativa, actuamos como tal mas estamos impedidos de aceder a esse estatuto. O máximo que podemos ser é uma companhia de responsabilidade limitada por garantia”.

14 – Porque sentiram a necessidade de adoptar, agora, um Código de Ética? Consideram que este Código pode enquadrar-se no chamado jornalismo de paz, ou jornalismo sensível aos conflitos, por oposição a um jornalismo de guerra tendente a uma simplificação e diabolização de partes em conflito?

R: - Nunca pensei muito nessa ideia do jornalismo de paz, ou jornalismo sensível ao conflito porque tento manter as coisas simples e, simplesmente, tentamos concentrar-nos nos factos e ser rigorosos. O nosso Código de Ética regula todas estas questões que têm surgido, muitas vezes, nas nossas reportagens. E a razão para o adoptarmos agora um Código de Ética é porque, muitas vezes, as questões éticas que abordamos na universidade serem muito teóricas. E nós, durante os protestos, fomos confrontados com situações éticas muito concretas. Por exemplo, devíamos ou não fotografar a cara das pessoas naquela situação, deveríamos ou não indicar um ponto de fuga às pessoas que estavam na PolyU [Universidade Politécnica de Hong Kong] quando a polícia fez o cerco, ou outras situações em que os jornalistas estavam, eles próprios, a protestar, enfim, situações deste género. Eu achava que não era adequado estar, permanentemente, a tomar decisões de improviso. Comecei a escrever ideias, a falar

com outros directores sobre estes assuntos, googlei para ver como outros títulos lidam com estas matérias. Por isso, entendi que era muito melhor ter uma lei básica ética, um Código Ético para questões futuras. Além disso, dá-nos muito mais tranquilidade e enquadramento, especialmente, agora quando os jornais estão sob um enorme escrutínio acerca da actuação da imprensa, quando há perguntas dos leitores, quando a nossa credibilidade está ser observada ao microscópio, podemos mostrar o Código de Ética e dizer porque é que agimos de determinada maneira, podemos prestar contas... Mas este é um documento em evolução, vamos estar sempre a introduzir novas questões à medida que elas vão surgindo.